

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Departamento de Geografia

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE
VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas
católicas do Centro da Cidade**

Jocimara Patrícia Santos

Vitória
junho/2014

Jocimara Patrícia Santos

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um
estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Ana Lucy Oliveira Freire

**Vitória
junho/2014**

Jocimara Patrícia Santos

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um
estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Aprovada em 24 de 07 de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Lucy Oliveira Freire
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Luiz Carlos Tosta dos Reis
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Ms. Mauricio Sogame
Universidade Federal do Espírito Santo

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela vida, pela fé e pela vontade de ir até o fim nesse trabalho;

A minha mãe, por ser quem é, por todo amor, amizade, pela parceria... por não desistir de mim;

Ao meu pai, pelo amor;

A Ana Cláudia Leal, grande amiga, que mesmo de tão longe se fez tão perto;

Ao Christiano Soneguett pela amizade;

Ao Diego Leandro pela ajuda de sempre, pelo companheirismo e pela amizade de sempre;

A Professora Ana Lucy, pela compreensão, ajuda e cobrança;

A todos os amigos que fiz na Universidade, aos amigos de longe que a Geografia me deu, aos amigos de vida, que sem vocês eu não chegaria até aqui, meu MUITO OBRIGADA.

“A verdadeira viagem de descoberta não consiste em buscar novas paisagens, mas em termos um novo olhar”

Marcel Proust

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, nessa versão de pesquisa monográfica, buscou apresentar e analisar de forma qualitativa e através de uma leitura presente na Geografia Cultural, patrimônios históricos e culturais que são parte da preservação da memória coletiva e individual bem como da formação da identidade do povo Capixaba e a relação dos mesmos com a cidade e os seus moradores.

Os patrimônios escolhidos para análise, que constituem o principal objeto dessa pesquisa, foram as sete (7) Igrejas Católicas, localizadas no Centro de Vitória. A escolha levou em consideração que tais igrejas representam importantes marcas de uma colonização predominantemente católica, e por marcarem e testemunharem as passagens de tempo-espacos da cidade de Vitória.

No trabalho sobressaem os debates, os conceitos e todo um arcabouço teórico presentes na Geografia Cultural em diálogo com outras áreas do conhecimento e as descrições e análises das igrejas escolhidas, com suas histórias em contextos específicos da própria história da cidade, mostradas em acervo fotográfico e localizadas em mapa, ou seja, partes da pesquisa que pretende auxiliar em outros trabalhos que pretendam ampliar e aprofundar esse tipo de estudo acerca do patrimonial cultural.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 Mapa 1: Sub-regiões do Centro (Classificação da prefeitura, adaptação do autor, 2013).	30
Fig. 2 Mapa 2:Cidade Alta (delimitação do autor, 2013)	31
Fig. 3 Mapa 3:Localização das Igrejas Católicas do Centro.....	41
Fig. 4: Construção da Catedral Metropolitana . Erro! Indicador não definido.	43
Fig. 5: Catedral Metropolitana atualmente	45
Fig. 6: Vitrais originais	46
Fig. 7: Novos Vitrais	Erro! Indicador não definido.
Fig. 8: Capela de Santa Luzia	49
Fig. 9: Convento de São Francisco	52
Fig. 10:Convento de São Francisco atualmente.....	54
Fig. 11: interior do Convento de São Francisco	55
Fig. 12:Capela de Nossa Senhora das Neves.....	56
Fig. 13: Convento de Nossa Senhora do Carmo.....	58
Fig. 14:Convento de Nossa Senhora do Carmo atualmente	60
Fig. 15: Igreja de São Gonçalo, vista da escadaria	62
Fig. 16: Igreja de São Gonçalo, vista da escadaria	64
Fig. 17: Igreja de São Gonçalo atualmente	65
Fig. 18:Antiga casa de leilões.....	68
Fig. 19: Igreja do Rosário e a palmeiras imperiais	69

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
OBJETIVOS	11
JUSTIFICATIVA.....	11
PROCESSOS METODOLÓGICOS	12
Capítulo I:	15
GEOGRAFIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: algumas palavras.....	15
1.1 – PATRIMÔNIO CULTURAL NA GEOGRAFIA HUMANA E CULTURAL.....	19
Capítulo II	22
VITÓRIA E SUA IDENTIDADE CULTURAL ATRAVES DO PATRIMONIO HISTÓRICO	22
2.1– Vitória: o processo de metropolização e a perda da MEMÓRIA HISTÓRICA E cultural	26
2.2 – Cidade alta, Centro: lugar de memória e de identidade cultural.....	29
2.3 – PROJETO VISITAR: AGENTE DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA	36
CAPITULO III:.....	39
AS IGREJAS DA CIDADE ALTA QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE VITÓRIA, ES	39
3.2. – A Catedral Metropolitana de Vitória e Suas Várias Transformações.....	42
3.3. - A Capela de Santa Luzia.....	49
3.1.3 - O Convento de São Francisco	51
3.4 – A Capela de Nossa Senhora das Neves.....	55
3.5 – O Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo.....	57
3.6– A Igreja de São Gonçalo Garcia	61
3.7 – A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.....	65
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
V – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

INTRODUÇÃO

Eu nasci no centro de Vitória. Literalmente, nasci e cresci na “Cidade Alta”; cresci frequentando as missas da Catedral Metropolitana e passando as tardes no Parque Moscoso. Até hoje admiro as construções de outras épocas que sobressaem na paisagem. Desde criança, ficava a imaginar o quão mágico deveria ser morar numa daquelas casas cheias de histórias de família, cujas marcas surgiam na própria construção. Ficava (e ainda fico) impressionada com a beleza das Igrejas, das escadarias, das casas antigas, dos palacetes. Por vezes fico triste quando o abandono das construções fala mais alto. O Centro de Vitória, desde sempre, é o meu lugar, na melhor definição de pertencimento ao lugar.

O interesse pelas construções antigas recheadas de histórias do lugar transformou-se em vontade de descobrir mais acerca do papel que exercem os patrimônios históricos e culturais, possibilitando aliar o conhecimento dessa temática numa abordagem descrevendo e debatendo a Geografia e o patrimônio cultural urbano.

O presente trabalho, sob o título “Memória e Patrimônio Cultural de Vitória, Es: um estudo sobre as igrejas do centro da cidade” aborda o tema do patrimônio cultural, no caso patrimônio material, relacionando tal patrimônio com a memória/história da cidade. A área de estudo escolhida é cenário de muitas transformações da história do Espírito Santo, e, por ser a capital do estado, Vitória foi palco privilegiado das primeiras mudanças significativas na sociedade Capixaba.

As igrejas católicas do Centro de Vitória são, sem sombra de dúvida, símbolos, marcas que carregam essas transformações. Há igrejas de todos os tempos da história capixaba. A mais antiga data do século XVI, e a mais recente em meados dos anos de 1950 do século passado.

. Vitória, mas especificamente o centro da capital, passou por um processo de descentralização em meados do século XX, deixando de ser exclusivo centro econômico, cultural, político e imobiliário, e à medida que o processo de urbanização crescia, ia se transformando em um local menos valorizado devido às muitas degradações próprias do abandono. O que antes era baseado no Centro de Vitória, passa a se localizar em outras áreas da cidade, como as regiões da Praia do Canto e Enseada do Suá, além da dispersão por outros centros que surgiram nas cidades vizinhas (REIS, 2010). Diante dessa realidade imposta pelo processo de metropolização, o centro da capital virou local de passagem.

O patrimônio cultural da cidade serve, entre tantas coisas, para deixar acesa a memória individual e coletiva de uma sociedade. As igrejas do Centro de Vitória são esses agentes da memória, e através de projetos como o Visitar, a história do lugar é contada e passada em frente.

As construções religiosas do centro de Vitória não exercem somente o papel do aspecto sagrado, mas também exercem o papel de símbolos da memória, onde a população local identifica nas construções parte da sua história com a da própria cidade.

Portanto, é dessa maneira, fazendo uma ligação entre geografia histórica e cultural/da memória, que pretendemos demonstrar as relações espaciais com as Igrejas Católicas do Centro de Vitória. Assim, iniciamos o trabalho expondo um pouco da base teórica que nos ajudou a entender e desenvolver o tema, através do capítulo I: “Geografia, Memória e Patrimônio Cultural”. Analisamos no capítulo II, intitulado “Vitória e sua Identidade Cultural Através do Patrimônio Histórico”, a existência e o potencial que existe no centro da cidade. No último capítulo, o qual consideramos a parte analítica do trabalho, descrevemos e analisamos especificamente as igrejas que representam esse patrimônio cultural, a história das mesmas, os usos de antes e atuais, etc.

OBJETIVOS

Busca-se com a monografia, apontar e analisar as relações do patrimônio cultural, no caso religioso, com a memória e a formação da identidade de uma sociedade. Relações estas que são criadas a partir dos estudos da Geografia e da História. Busca-se também, analisar o papel de cada objeto de estudo, ou seja, de cada Igreja escolhida do centro da cidade nessa teia de relações.

Analisar os processos históricos, as transformações da cidade durante toda a sua história, e principalmente em meados do século XX, a influência das igrejas na memória local, analisar também qual a função atual das igrejas, além da função sacra, e a relação da população com as igrejas, como marcas da cidade.

JUSTIFICATIVA

Os patrimônios (materiais e imateriais) são elementos/objetos da memória, da história e da geografia do lugar; carregam em si as marcas do tempo e oferecem uma identidade urbana; são testemunhos de todos os processos de transformação que ocorrem na cidade.

Nos últimos anos é crescente o interesse na pesquisa que tem como tema o patrimônio cultural dentro da geografia e de outras ciências humanas e sociais. O motivo do interesse pela temática se amplia à medida que os processos de globalização cultural também se expandem, o que resulta no medo da perda das identidades, das memórias locais, dos elementos heterogêneos em meio aos processos de homogeneização, além dos descasos, da indiferença para com os monumentos que fazem parte, de alguma forma, da criação da identidade de cada cidade e da sociedade local.

A escolha das Igrejas como objetos de estudo, ao invés de todo e qualquer outro patrimônio que tenha no Centro de Vitória, é pessoal. A

arquitetura das igrejas católicas antigas exerce enorme admiração e fascínio, especialmente pela arquitetura, pela monumentalidade carregada de detalhes, de símbolos e significados, elementos que chamam a atenção.

Nesse sentido, a importância da pesquisa associada à construção da monografia parte da seguinte questão: se o Centro de Vitória carregado de memória, que é a própria memória da cidade, despertando nostalgias e tristezas pelo abandono, não deveria ser melhor estudado, no âmbito da ciência geográfica, no que diz respeito ao patrimônio material cultural, sobretudo as construções religiosas concentradas na Cidade Alta?

PROCESSOS METODOLÓGICOS

Diante disso, a presente pesquisa tem como caráter principal a pesquisa qualitativa e seletiva, dado que a descrição e observação foram o ponto de partida, passos que resultaram na busca pelo desenvolvimento de um trabalho que se propõe a oferecer contribuições aos estudos acerca da memória da cidade, mas que também levasse a uma reflexão crítica sobre a destruição dessa memória na medida em que as transformações urbanas ocorrem em nome do progresso econômico.

Diante do nosso propósito, reconhecemos que a Geografia Humana, sobretudo autores da Geografia Cultural e de outras ciências humanas que debatem e analisam a cultura, a memória, as tradições, enfim, as histórias do lugar foram de grande relevância para nos dar o suporte teórico, através de uma revisão bibliográfica. Dentro da Geografia Humana e Cultural ainda são poucos os autores que debatem a respeito da questão do patrimônio cultural e da memória coletiva de um lugar, por esse motivo, visando suprir a falta de fontes bibliográficas específicas da Geografia, a pesquisa está também embasada na historiografia, na arquitetura e alguns pesquisadores do Turismo.

A história da colonização no Brasil de um modo geral está ligada a Igreja Católica, e em Vitória não é diferente. A Região do Centro da Capital é o local onde estão as mais antigas construções da Igreja, especialmente na região da “cidade alta” onde estão todas as 7 construções, conventos, igrejas e capelas. A delimitação da área de estudo foi um passo importante para a realização da pesquisa. O Centro de Vitória é muito rico em história, portanto, um cenário repleto de experiências e informações para qualquer trabalho que versa sobre a história da cidade..

Após a revisão da bibliografia indicada para a pesquisa, fizeram-se necessárias visitas aos objetos de estudos. Foram inúmeros os trabalhos de campo nas sete igrejas do Centro de Vitória, escolhidas para tal. Durante as visitas as construções foram observadas, assim como o comportamento da população em relação às igrejas. Não foram utilizadas para a realização da pesquisa de campo entrevistas com roteiro definido, mas sim conversas informais entre uma missa e outra, entre uma visita monitorada e outra.

Acredito que tenha sido a forma mais rica de colher as informações que precisávamos, pois a pessoa abordada fica livre para buscar na sua memória fatos que, por motivo do roteiro da entrevista, não fosse possível resgatar. Não houve também, uma pré-seleção das pessoas com quem as conversas foram realizadas, foram abordados idosos, jovens, homem, mulher, sem qualquer restrição. Pois o objetivo da pesquisa não é relacionar as igrejas com um determinado tipo de público, mas sim, com os moradores que frequentam as igrejas.

Além das conversas com os frequentadores das igrejas, realizamos conversas com os agentes de memória das igrejas, sendo a principal delas, o Instituto Goia, que com visitas monitoradas trabalha essa memória coletiva da cidade, conversas sem um questionário estruturado, com perguntas abertas aos coordenadores e/ou responsáveis por essas instituições, como é o caso do Projeto Visitar.

Objetivando contribuir e enriquecer o trabalho, buscamos desenvolver uma pesquisa reunindo fotos antigas e fazendo novas fotografias das igrejas, além da produção de dois mapas da área de estudo.

Capítulo I:

GEOGRAFIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: algumas palavras.

O enorme valor do patrimônio material ou imaterial como suporte, elemento, agente de formação e afirmação de identidade de um povo é indiscutível. É notório nos dias atuais o interesse dos agentes do poder público, seja municipal, estadual, federal e ONG's, na produção e requalificação dos patrimônios históricos e culturais tanto para fins econômicos – lazer e turismo – quanto para fins de afirmação da identidade do morador com o seu local, para reforçar a história do lugar, contribuindo para a memória individual e, principalmente, a memória coletiva.

Porém, ainda hoje, a tendência natural das coisas é menosprezar as construções de outros tempos, desvalorizar o que não é contemporâneo a fim de que estas coisas, vistas como ultrapassadas, sejam destruídas para assim dar lugar a construções mais modernas, atualizadas e consigam atender ao ritmo frenético das cidades urbanas. Este pensamento, de que tudo que é velho é obsoleto, tem impactado diretamente na preservação do patrimônio cultural imóvel, na conservação de uma memória coletiva, nas marcas históricas de uma cidade. Tomaz (2010) afirma que, não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver.

A conservação de qualquer patrimônio cultural edificado é devido à relação do bem com a história do local e está diretamente ligada ao passado. O patrimônio em forma de edifício deixa a marca do tempo no espaço, à marca de toda a linha histórica da cidade. Conforme Tomaz (2010, p. 6):

A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos

constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos.

De acordo com Francimário V. Santos (2011), a preservação no Brasil surge no contexto da modernidade. Pois era interessante em meio a cenário de destruição que se conservasse alguma coisa que remetesse ao passado. A preservação no Brasil seguiu os mesmos princípios adotados na França, de que preservar é uma maneira de reforçar a identidade nacional. Assim, Tomaz (2010, p 7) expõe:

Ao voltar-se à atenção para questões referentes à preservação de determinados bens de reconhecido valor nacional, é possível perceber que, no caso brasileiro, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem o mesmo sentido enraizado nos valores da Revolução Francesa, isto é, conferir identidade ao país. A preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, principalmente dos bens imóveis fora do âmbito dos museus, começa a ter um significado mais relevante a partir da década de 1920, visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação do que seria um “tesouro” Nacional.

Como citado, somente na segunda década do século passado que a questão da preservação é vista pelo poder público, o Estado passa a criar políticas públicas de preservação, e na década seguinte, o então presidente Getulio Vargas cria o SPHAN, que posteriormente viria a ser o IPHAN.

Nos dias de hoje, a preservação de patrimônios culturais edificados ainda não é bem vista ou valorizada pelos poderes públicos, pois preservar também é sinônimo de não progredir para o Estado. Bem dito por Rosin (2012, p 6) :

(...) a grande dificuldade para vincular esses patrimônios às possibilidades de exploração pelo turismo ou consumo cultural, tão em moda nos dias de hoje, faz com que, tanto os poderes públicos Municipais quanto os Estaduais, apresentem menos interesse e disposição em preservá-los. Paradoxalmente, quanto mais vínculos culturais, históricos e patrimoniais esses expoentes tiverem, menos interesse a sua preservação existirá, pois sua existência como elemento a ser preservado irá contra os interesses econômicos.

Assim, pode-se dizer que baseado na economia de lucro rápido, priorizam-se, como elementos centrais de regeneração do espaço urbano e redefinição da imagem das cidades, a preservação de exemplares mais antigos do patrimônio urbano bem como, de obras arquitetônicas tidas como “construções de griffe”.

No processo de preservação, recuperação e revitalização do patrimônio, o poder público é o principal ator nas ações de revitalização de centros urbanos, áreas onde mais se concentram os patrimônios históricos. Pois há um interesse não somente em preservar a história local, a cultura local, mas principalmente o setor econômico, pois áreas históricas revitalizadas são pontos altos de exploração do turismo. Por outro lado, há o discurso do obsoleto, do que precisa dar lugar ao novo para gerar uma economia mais forte. Em Vitória, o poder público trabalhou fortemente no processo de revitalização do Centro de Vitória, a começar pelo projeto “Morar no Centro” que tem como um dos principais objetivos o não esvaziamento demográfico da área.

Um Centro Histórico revitalizado, valorizado faz com que a cidade em questão fique competitiva em relação às outras, como exposto por Botelho (2005, p. 54).

Uma ambiguidade latente nos processos de revitalização situa-se na tensão entre o local e o global. No cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado, as cidades precisam se destacar através de um “diferencial” (a expressão tão cara aos defensores do *marketing*, inclusive o das cidades). A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados. Mas, uma vez que o

modelo difundido no mundo é o mesmo (os centros precisam se revitalizar para tornar as cidades competitivas).

Botelho (2005) também salienta que é um processo ambíguo o discurso da globalização e da reestruturação urbana quando o associa ao do atendimento de demandas locais. E de que é preciso sempre um diálogo com a população local para que a história e as tradições locais sejam reafirmadas.

Para falar mais a respeito de Patrimônio Cultural é preciso significar esse termo. Patrimônio cultural, como veremos com os autores que segue, vai além de uma edificação, ele também está ligado ao sentimento de pertencimento, às memórias individuais e coletivas dos sujeitos que usufruem do espaço no qual ele está inserido. É preciso investigar o patrimônio cultural edificado para além do interesse econômico, mas como agente ativo da memória local.

Isso explica o interesse que os estudos a respeito do patrimônio cultural têm despertado nos últimos anos dentro da pesquisa acadêmica. Reforçando essa ideia, começamos com Nigro (2010, p.55), que diz:

Nos últimos anos, o interesse pela temática do patrimônio cultural tem se ampliado significativamente. Hoje o patrimônio cultural adquire uma visibilidade e uma importância nunca antes vista. Cada vez mais, assistimos a disseminação de uma espécie de consciência patrimonial que parece atingir a todos, muitas vezes como uma espécie de culto popular ou fé religiosa, [...] em função da ameaça de desaparecimento, esquecimento, ou indiferença a bens culturais e naturais.

São vários os conceitos de patrimônio, mas todos partem do princípio de que patrimônio, antes de qualquer coisa, é a valorização, a manutenção da memória coletiva. Assim, para nortear a pesquisa, vamos considerar patrimônio como algo produzido por indivíduos, que passa para a geração futura como forma de herança, um elo entre o passado e o futuro.

Cordeiro, citando Costa, afirma que:

O patrimônio revela mensagens de espaços construídos e cristalizados em paisagens que representam sociedades pretéritas. Costa, diz que artifícios de revalorização do patrimônio acontecem “através dos processos históricos, que emitem informações apreendidas por cada indivíduo de acordo com a sua visão social de mundo” (COSTA, 2010 apud CORDEIRO, 2011).

A partir deste pensamento, de que é preciso conservar o patrimônio histórico do lugar não somente pelo veio histórico do lugar, mas o patrimônio com agente ativo de formação de uma identidade local, é que vamos focar nesse capítulo. O veio do potencial turístico, econômico mesmo que, considerado por nós como um agente de supra importância na manutenção desses patrimônios, não será abordado a fundo na pesquisa como objeto de estudo.

1.1 – PATRIMÔNIO CULTURAL NA GEOGRAFIA HUMANA E CULTURAL

A Geografia Humana tem base na hermenêutica, ou seja, a interpretação do sentido das coisas, sem a necessidade de explicá-los de forma analítica, mas de compreendê-lo como um todo. Gomes (1996), afirma sobre uma característica do geógrafo de ser um observador privilegiado, capaz de interpretar a representação humana no espaço. A Geografia Humana tem no estudo das tradições, das identidades territoriais, da cultura de um povo, como uma base de análise, fazendo com que tenha uma relação muito próxima com a História, a Geo-história.

A Geografia cultural para Roberto Lobato Corrêa (2011) é um subcampo da Geografia e não tem um objeto de estudo definido, cujas temáticas transitam pelo passado, pelo presente e pelo futuro, realizando estudos em varias escalas espaciais.

Dentro da Geografia humanista que, tem início por volta dos anos 1970, surgem novas propostas para análise de valores, representações sociais, espaço vivido e comportamento, o lugar e o espaço como conceito-chave.

Assim Nigro (2010, p. 65) define:

A Geografia humanista procura retomar algumas características fundamentais do humanismo, como a subjetividade do saber, que fará com que o espaço seja visto como um campo de representações simbólicas carregado de significações e marcado pela vivência e afetividade. [...] no bojo dos referenciais marxistas e humanistas presentes nos estudos geográficos nos últimos anos, desenvolvem-se cada vez mais pesquisas revelando a intersecção entre o patrimônio cultural e a Geografia.

No âmbito da Geografia humanista, Nigro nos auxilia o pensamento para falar de uma Geografia do Patrimônio, que segundo ela ramificam essa Geografia em três dimensões, sendo: I - patrimônio como fenômeno inerentemente espacial; II - patrimônio como sendo chave principal para questões de significação, representação e identidade; III - o patrimônio como bem econômico além de cultural. As que propriamente nos interessa para o desenvolvimento do trabalho são as dimensões I e II.

A dimensão I trata o patrimônio como algo inerente ao espaço, pois, todo patrimônio ocorre em algum lugar e é patrimônio de alguém (NIGRO, 2010). Portanto, é preciso sempre analisar a escala e a distribuição espacial desse patrimônio. Nossos objetos de estudo estão localizados na primeira parte habitada pelos colonizadores na ilha de Vitória, ou seja, onde se deu o início da ocupação. E cada igreja está ligada a outra geograficamente por motivos diversos, seja estrategicamente pensado, seja pela ação do sagrado ou ainda por barreiras físicas geográficas como o mar ou o maciço central.

Já a dimensão II é a mais significativa para a Geografia, é sem dúvida a forma de como o patrimônio é qualificado, como detentor de significado e significação, identidade e representação. Concordando com Nigro (2010, p. 69) quando a autora diz:

O patrimônio torna-se um atributo que contribui para a afirmação de processos de identificação individuais e coletivos. E à Geografia interessa considerar o patrimônio como campo de tensões sociais e

assim revelar como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso no presente e na construção das relações de “pertencimento”.

De modo geral, o conceito de patrimônio está ligado ao conceito de monumento e monumento histórico. Monumento que, segundo Choay (2001), é tudo aquilo que uma sociedade cria, sem pretensão, para que no futuro seja um agente de memória. Já o monumento histórico é construído com o propósito de criar uma memória a respeito de um terminado fato histórico, um marco de lembrança, por exemplo, um memorial de guerra.

A preservação do patrimônio por análises geográficas é de extrema importância, pois os significados e significações que o patrimônio cultural construído imprime no lugar são agentes de produção do espaço, já que ele, o patrimônio, antes de tudo é sempre uma forma de intervenção (ARANTES, 1987).

A ideia de conservar o patrimônio histórico cultural nem sempre foi bem aceita como forma de agregar identidade, pois, por vezes está ligado ao caráter nacionalista e elitista. Desta visão, o patrimônio é associado à memória da minoria, a glória dos conquistadores e poderosos (NIGRO, 2010).

O pensamento a respeito para quem serve o patrimônio, pois a escolha de qual patrimônio a ser usado para representar uma determinada sociedade não tinha a participação da sociedade, era feito apenas por especialistas, muitas vezes do estado, começou a caminhar para a democratização nas décadas de 1960 e 1970. “A ideia de democratização do patrimônio implica, qualquer que seja a perspectiva, no fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade” (FONSECA 1997).

Se for para demonstrar materialmente, significar uma sociedade no espaço, nada mais justo que a democratização do processo preservacionista. Barretto (2007) afirma que só podemos chamar de patrimônio aquilo é comum

a todos, ou seja, uma apropriação coletiva, aquilo que representa a todos e não apenas a uma elite dominante. Após esse período de 1970, o patrimônio passa a ser pensado e associado ao planejamento urbano, às políticas urbanistas, muitas vezes associando poderes públicos e privados.

De modo geral, ficamos com o conceito de que, o patrimônio age como elo entre o passado e o presente, exercendo a função simbólica de representar uma memória coletiva que pode ser analisado como forma de apropriação do espaço e a significação no lugar, o que resulta na identidade da sociedade que está ligada a este lugar.

O conceito de patrimônio nos mostra, sem clichês, quem somos e para onde vamos. A conservação dos patrimônios históricos é um direito à memória coletiva e individual, um direito ao passado, um direito a nossa identidade como cidadão, e também como agente transformador da sociedade.

Capítulo II

VITÓRIA E SUA IDENTIDADE CULTURAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Os lugares nos contam histórias, nos levam ao passado, nos fazem pensar que o que temos hoje é fruto desse passado. As construções são marcas dessa história, dessa memória do lugar. E essas construções são a materialização da memória do lugar. É fácil reconhecer quando estamos em algum lugar antigo da cidade, as formas construídas denunciam a passagem do tempo, são tipos específicos, arquiteturas, materiais que são fáceis e identificar e diferenciar dos demais locais da dentro da cidade.

É possível notar como as construções evocam o passado ao caminhar no Centro de Vitória, por exemplo, os prédios do antigo Centro não são carregados de vidros e espelhos como os de outras partes da cidade, e isso é uma marca da identidade histórica do local.

A identidade de uma cidade está ligada aos símbolos que ela possui. O Centro da cidade é recheado de Igrejas Católicas, que representam ali a forte herança da nossa colonização. Fomos colonizados por Católicos, e a quantidade de Igrejas num pequeno espaço, que é o Centro da Cidade, demonstra o poder que a religião tinha no início do século XV. Sim, os patrimônios materiais, por muitas vezes, são símbolos de uma classe dominante.

A busca pela preservação é a busca pela memória social e coletiva do lugar e dos quem a ele pertence, é a busca pela identidade em um mundo em que a singularidade do lugar perde espaço para a multipluridade dos novos tempos.

Nas palavras de Costa e Scarlato (2012, p.105)

As transformações pelas quais o mundo contemporâneo passa exigem-nos a leitura da concretude do ordenamento do território e da refuncionalização da paisagem, como nunca na história: objetos, ritos e documentos esquecidos ou pouco valorizados até o momento são recuperados como testemunhos memoráveis dos lugares. Vivenciamos uma percepção global de buscas e negligências aos documentos, às coisas, aos objetos pretéritos ressignificados no presente, o que favorece uma releitura da própria história no afã do brusco movimento da preservação, de se resguardar uma identidade, marcos do processo de nossa constituição social.

As sociedades, hoje, buscam preservar objetos ou elemento materiais/físico cultural, tais como edificações, à medida que eles proporcionem a construção da identidade das mesmas. Assim, ao falar dessa identidade cultural que abordamos no trabalho, usamos a definição de Saquet (2007, p. 149) para identidade, onde ele diz:

O código genético local é um produto social, da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações

(monumentos, infra-estrutura, cidades, pontes etc.) [...] pelos atos dos atores sociais...

A identidade está diretamente ligada a um grupo social de um determinado lugar, isto quer dizer que a formação da identidade de uma sociedade está atrelada à questão da territorialidade no lugar, como bem exposto por Saquet acima. E esta identidade se materializa na forma de monumentos, ou seja, é a materialização do que é à base da sociedade atual, portanto, é um espelho do que foi a sociedade no princípio. Cordeiro (2011, p. 34) define a identidade como “patrimônio herdado do passado [...] e como organizador social”.

Ainda sobre identidade, Alves (2012, p.235) reflete: “identidade é a fonte de significado e experiência de um povo. As experiências e vivências do sujeito [...] a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos”.

Para Saquet e Briskievicz (2009, p.8) a identidade é construída pelas múltiplas relações – territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos. A identidade se concretiza por meio de símbolos e são com esses símbolos que a prática se consolida no espaço e nas relações sociais de determinado grupo. As igrejas do centro da capital Capixaba são símbolos do domínio da Igreja Católica no começo da nossa colonização, são os primeiros símbolos da identidade capixaba, ou seja, toda identidade é construída socialmente e constantemente modificada pelos atores que a formam.

O que acontece hoje é uma perda parcial dessa identidade do lugar. Ora, alguns autores atestam que a globalização homogeneizou tudo - ou quase tudo -, hoje. O cidadão é cidadão do mundo, o sujeito possui múltiplas identidades, é possível estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, mesmo estando fixo em apenas um território. O poder da mídia e das telecomunicações no geral tem contribuído para essa perda da identidade

singular do sujeito. E esse fenômeno pode ser bem analisado em Vitória, se compararmos a cidade do início do século XX até meados da década de 1970.

Haesbaert associa a identidade a uma identidade territorial, para ele, a identidade não está dissociada do processo histórico, sendo assim, socialmente construída. Citando Memmi, Haesbaert expõe “a construção do imaginário de identidade envolve, portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade”. (MEMMI, 1997 apud HAESBAERT, 1999, p. 180).

Até o final do século passado o Centro da Cidade era uma das principais polos de toda dinâmica do Estado do Espírito Santo, sendo centro comercial, econômico, cultural e político. O processo de desenvolvimento no geral alterou a dinâmica da cidade, modificando entre tantas coisas, a identidade de Vitória.

A justificativa para a análise do próximo tópico do trabalho, podemos encontrar nas palavras de Antonio Filho, (2003, p.45) quando diz que “o bairro torna-se um lugar, onde está carregado de valores e símbolos”. Já para MELLO (1991, p. 45), é através dessa transformação do espaço em lugar, que a cultura permeia suas ações em conjunto com outras esferas. Porém, essa valorização e singularidade que o lugar traz são ameaçadas pelo processo de metropolização.

As novas áreas da capital Capixaba carregam a marca da globalização, a marca dessa metropolização que está em pleno desenvolvimento na região da grande Vitória. Como apontado por Carlos (2007), para quem a metrópole é vista como um símbolo do mundo moderno, um centro onde a vida flui com incrível rapidez, cujos agentes impõem um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto do processo de homogeneização. Ou seja, vai do oposto à singularidade, o particular do “antigo centro” visto por muitos, como obsoleto, desnecessário; que o moderno é o caminho para o futuro.

Projetos e processos voltados para a valorização do lugar como patrimônio histórico e cultural acarretaria no redescobrimto de “pedaços” da cidade, tendendo a criar o apego aos lugares de memória no centro da cidade.

A capital dos capixabas, principalmente na parte mais antiga da ilha, é riquíssima em patrimônio cultural tanto material como imaterial. Edifícios históricos, como o Palácio Anchieta, a Fafi, o MAES, casarões seculares, a faculdade de música, teatros, enfim, as construções marcantes visualmente e historicamente do Centro de Vitória, são inúmeros exemplos, que passam, muitas vezes, despercebidos pela população, que na maioria, utiliza o centro como ponto de trabalho ou ponto de passagem; uma população que olha, mas não vê.

São construções que ao longo do tempo, em alguns casos, já passaram por refuncionalização, a exemplo do Palácio Anchieta, hoje sede do governo estadual, mas que nos séculos XVI, XVII e XVIII foi colégio jesuíta, igreja, sede militar, mantendo até hoje a sua imponência histórica, cultural e arquitetônica. Esses prédios, e tantos outros, não são aproveitados como agentes e elementos da preservação da memória e da identidade como deveria ser.

2.1– VITÓRIA: O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO E A PERDA DA MEMÓRIA HISTÓRICA E CULTURAL

Engana-se quem pensa que a globalização é um fenômeno apenas econômico. Mais do que isso, a globalização é um fenômeno econômico, político e, sobretudo cultural. Por isso, não podemos deixar de abordar tal fenômeno para falarmos de identidade cultural local, considerando que o resultado da globalização é o oposto do significado sentimental, de pertencimento ao lugar que tem uma história, uma memória; tempos-espacos de outras épocas. E ao mencionar o processo de valorização e desvalorização que a globalização impõe, Carlos (2007,p.31) expõe que,

O processo de valorização-desvalorização dos lugares depende de sua situação enquanto ponto estratégico dentro do sistema de reprodução ampliada das relações sociais enquanto lugares estratégicos controlados por estruturas que permitem ao sistema mundial se manter e reproduzir.

Discutindo um pouco sobre o processo de desenvolvimento econômico e urbano que aconteceu em Vitória a partir da década de 1960, é preciso traçar um histórico linear da formação da cidade de Vitória para compreender a homogeneização imposta pela descentralização que a cidade passou e ainda passa.

Até a década de 1960, o Centro de Vitória era lugar da camada com maior poder aquisitivo da Região Metropolitana da Grande Vitória, como exposto por Reis (2001, p. 40):

O Centro de Vitória irá se tornar, a partir dos anos 1960, simultaneamente, o lugar de moradia da camada de alta renda e o centro que concentra o comércio e serviços mais especializados de toda a aglomeração urbana da Grande Vitória.

Ainda para contextualizar esse período da história do centro de Vitória, Reis (2001, p. 40) cita Carol (1996) para exemplificar:

Até então, o Centro abrigava praticamente todas as instituições e repartições públicas municipais, estaduais e federais, a sede e os escritórios das empresas de maior expressão, são as agências bancárias, consultórios médicos e escritórios de profissionais liberais, as unidades de prestação de serviço, os hospitais, colégios e quase a totalidade das casas de comércio. (...) Pode-se dizer que, até o final dos anos 70, o Centro funcionava de fato como o núcleo central da região que englobava os demais municípios vizinhos.

A partir da citada época, o centro de Vitória sofreu com o esvaziamento populacional, habitacional, econômico, referencial político e social, muito porque a parte mais ao norte da cidade virou referencial desses seguimentos. Por exemplo, o comércio, que era tradicional e praticado quase que exclusivamente no centro, sendo endereço de lojas de varejo de expressão nacional, passa então a ocupar esta nova área em expansão na cidade, deixando de ser realizado nas ruas públicas, o comércio se transfere para

shoppings centers e galerias em outras áreas; a sede do poder legislativo também se transfere da cidade alta para a Praia do Suá; e para atender à escassez de áreas disponíveis, à demanda por terrenos e prédios (CAMPOS JÚNIOR, 1996), a população busca novas áreas e maior status social, passando a residir na região da Praia do Canto. Esses, então, são alguns dos motivos para o esvaziamento do centro de Vitória.

Assumindo o papel de lugar de passagem, o centro de Vitória entra num estado obsoleto, ficando ali apenas algumas lojas com serviços especializados, além de habitações na parte alta da cidade, a Cidade Alta. Na parte da região denominada pela prefeitura como Centro, e por mim, moradores e frequentadores, conhecida culturalmente como “cidade alta”, predominava as construções do século XVIII e XIX, as Igrejas Católicas, com destaque para as com data de fundação no século XVI, como a Capela de Santa Luzia, e prédios administrativos, como o Palácio Anchieta, sede do Governo Estadual, e a antiga Assembleia Legislativa. Com o esvaziamento do Centro, conseqüentemente a região também sofreu com essa nova dinâmica da sociedade Capixaba, e passou a ser vista como uma região degradada, perigosa e inóspita.

Para resistir a um maior abandono e degradação do centro, agentes públicos, representados pela prefeitura, governo estadual, federal e ONG's, estão trabalhando em conjunto a favor do Centro da capital Capixaba. Para não ficarem obsoletas, as formas fixas no espaço se adaptam ao novo momento, através do processo de refuncionalização, ou seja, ganham novas funções em um novo tempo. E isso aconteceu e acontece em Vitória desde a década de 1990, quando projetos específicos do poder público como, por exemplo, o Projeto Revitalizar o Centro, o qual prevê projetos e ações estruturais no sentido da valorização cultural, artística e turística, com ganhos sociais e econômicos para a região, a partir do envolvimento da sociedade e da melhoria das condições de acesso e permanência no Centro. A exemplo disto, temos o prédio do antigo hotel Estoril, construção da década de 1950, que já fora um dos principais hotéis da cidade e que estava abandonado, servindo de abrigo para moradores de rua, o poder municipal, junto com recursos do

governo federal, através do projeto “Morar no Centro” transformou o mesmo em local de moradia popular, direcionado à população da cidade que se encontrava em áreas de riscos e/ou de pouco poder aquisitivo.

Com o “Projeto Visitar”, uma parceria do Instituto Goia e a Prefeitura de Vitória, - projeto que falaremos adiante com mais detalhes -, o qual, através de visitas monitoradas aos patrimônios arquitetônicos e culturais do Centro, com destaque para as Igrejas Católicas, busca-se mostrar a história da capital e despertar a curiosidade e a identidade do povo capixaba e a construção de uma memória coletiva. Existem outras manifestações culturais na região de relevância igual, que contribuem para a resistência contra essa homogeneização da cultura e a feroz e inevitável metropolização, um reflexo do processo de globalização econômica.

2.2 – CIDADE ALTA, CENTRO: LUGAR DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE CULTURAL

Antes de qualquer análise desenvolvida nesse tópico, vamos definir a toponímia “Cidade alta”. Toponímia constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço. É ainda um poderoso elemento identitário (CORRÊA, 2002). A relação entre a toponímia e a identidade está presente no espaço urbano, por meio dos significados dos nomes de ruas, bairros e regiões.

O nome “Cidade alta” não é oficial, portanto, não há registro na prefeitura para esse nome. O que existe é a denominação “centro”. Portanto, o nome do bairro da capital Centro e não está dividido em parte baixa e parte alta oficialmente. Na verdade, o Centro de Vitória, hoje, está dividido em várias áreas, como se fosse uma colcha de retalhos distintos que, unidas e conforme as funções em atividade (moradia, comércio, serviços, etc.), por exemplo: Cidade Alta, Parque Moscoso, Vila Rubim e outros (ver mapa 1), formam o Bairro Centro.

“Cidade alta” é a região mais antiga – aqui no sentido de ocupação – da ilha é a mais (re)conhecida por seus frequentadores. Popularmente, o bairro Centro, é dividido da seguinte maneira pela população capixaba: “cidade” ou “centro”, local do comércio, área dos aterros da ilha; “parque moscoso” região onde está localizado o referido parque; e “Cidade alta”, área geograficamente mais elevada em relação ao nível do mar, local que estão localizados o palácio do governo, as construções seculares e as igrejas católicas, objetos de estudo deste trabalho.

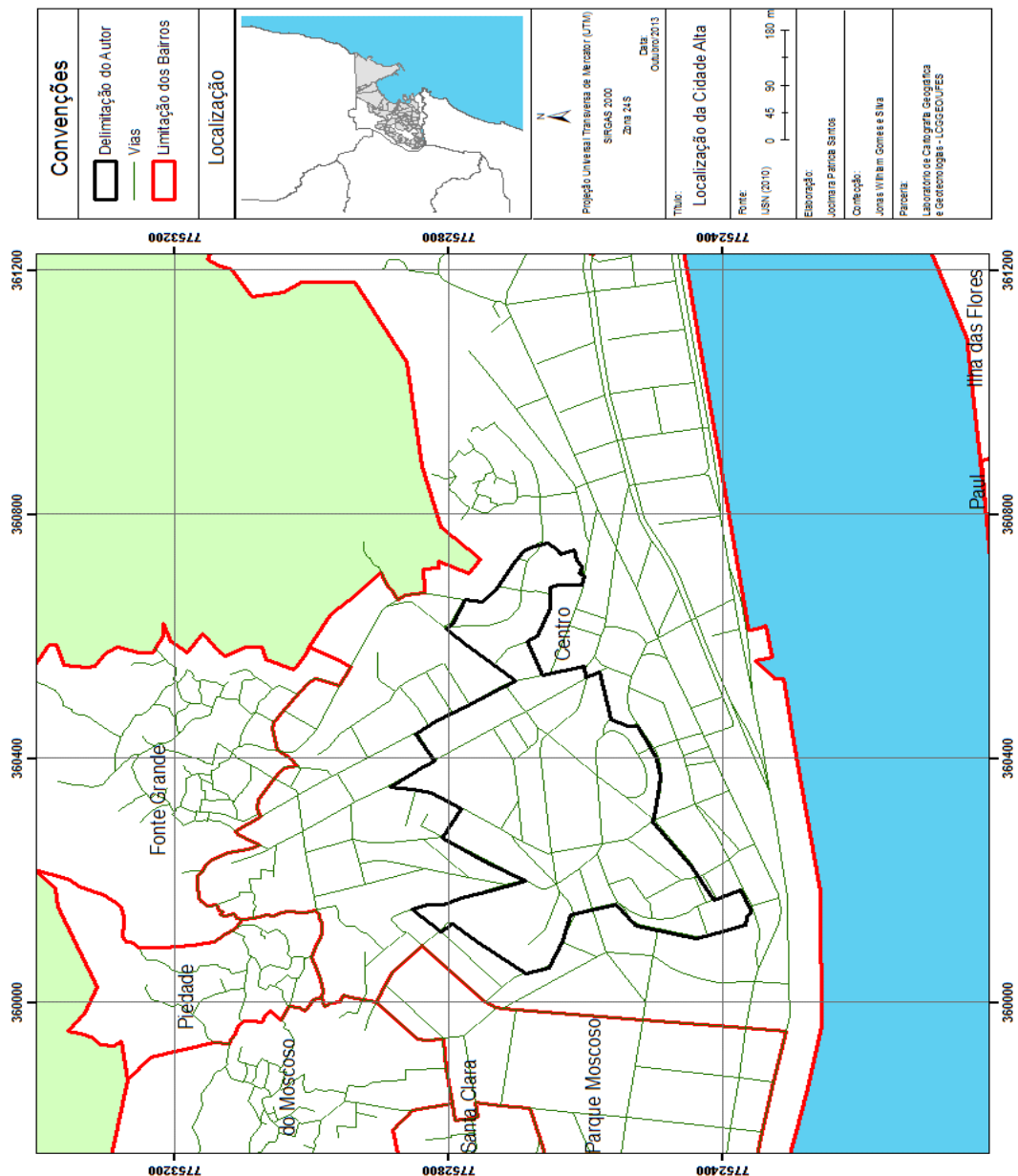


Figura 2: Mapa 2 Cidade Alta (delimitação do autor, 2013)

É área definida por “Cidade alta” onde estão concentrados os lugares que mais guardam a memória histórica de Vitória. Ali, estão localizadas as Igrejas Católicas, palacetes e outras edificações de grande valor cultural. Portanto, na classificação popular, a cidade alta está na região do centro, e é a porção geograficamente falando mais elevada dos demais setores do Centro.

A figura 1, diz respeito à classificação oficial da Prefeitura de Vitória, notando, então, que não há uma subárea com a classificação “cidade alta”. Já o mapa representado pela figura 2, é uma classificação proposicional do que consideramos “Cidade Alta”.

Com a resistência à homogeneização que a globalização impõe, a revitalização tem encontrado no conceito de “lugares de memória” um refúgio, como ponto de apoio para o convencimento da população acerca da revitalização. A respeito disso, Paes (2009, p.165) caracteriza como:

Os lugares de memória são marcados por dimensões espaciais, elaborados por imagens e tramas narrativas (produção de monumentos e marcos paisagístico); por uma dimensão epistemológica (o material e o imaterial) e por uma dimensão política – as identidades eleitas no planejamento político.

Os lugares de memória são marcados por significados e símbolos próprios que marcam no espaço a relação com o tempo, e o processo de revalorização têm criado cada vez mais espaços assim. Já Pierre Nora (1993, 27) define lugar de memória como sendo:

Os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente. [...] lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso; fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

A cidade alta é um lugar de memória. A atmosfera que é criada com a presença das edificações de um tempo pretérito junto com as igrejas evidencia isso, os símbolos, os significados, as características singulares que não encontramos em nenhum outro ponto da Cidade de Vitória. É único, é propriamente o lugar. Lugar que para Carlos (2007, p.14), "guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo". Isso nos faz pensar que o patrimônio de um dado lugar possui valor único, uma identidade que caracteriza aquele lugar, pois lugar e identidade são indissociáveis. (CARLOS, 2007).

O patrimônio material, na pesquisa, representado pelo conjunto das sete igrejas da cidade alta, é uma representação no espaço da memória do lugar. Para Cordeiro citando Paes,

O chamado patrimônio cultural material, imaterial ou mesmo natural, tem uma forte correlação espacial. Isso porque a identidade ou as marcas históricas ficam impregnadas no espaço e acabam se territorializando. Para Paes (2009), o enraizamento da memória se dá em uma escala territorial, em uma paisagem, em algum lugar. Para a autora, é no espaço material e da memória que identidade fica enraizada e para ela, quando o espaço passa a representar o tempo na memória local, acaba se tornando patrimônio. (PAES, 2009 apud CORDEIRO, 2011).

O patrimônio cultural imaterial, a memória coletiva torna-se concreto no espaço, é materializado, carregado de símbolos e significados que fazem sentido no coletivo do lugar, na identidade do lugar, na memória da cidade. A cultura então é materializada em forma de patrimônio.

Abreu (1998), afirma que a memória urbana é um importante agente da constituição da identidade de um lugar. Em seu trabalho, Mauricio de Abreu tem a preocupação de apresentar o conceito de memória urbana, memória essa que difere do conceito biológico/psicológico da palavra, mas a memória coletiva e individual, que é elemento fundamental na construção da identidade

do lugar. Lugar, que para Santos (1994), é o *lócus* do coletivo. O que nos interessa na pesquisa é a memória coletiva e não o detalhamento da memória individual, mas o conjunto dessas memórias, da memória compartilhada acerca do lugar, pois a memória de uma cidade, de um lugar não é uma memória individual, é uma memória coletiva.

Halbwachs (1990) define memória coletiva como um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. E que se materializa no espaço, pois “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Ele aponta também, que a memória coletiva está sempre em mutação, sempre se transformando.

Há também as instituições de memória, como museus, arquivos públicos, e também as igrejas de tempos pretéritos, pois consideramos que as igrejas são detentoras também da história da cidade, da marca da memória no espaço. A história mostra que a Vila de Vitória tornou-se cidade em torno das igrejas da Cidade Alta. Todas elas foram testemunhas da transformação do espaço urbano de Vitória, cada uma com sua época específica estão relacionadas à história da cidade, e é impossível falar plenamente da construção do espaço urbano capixaba sem mencionar as igrejas, tanto como patrimônio material como instituição política.

A memória da cidade, do lugar, é um conjunto de memórias heterogêneas de indivíduos, grupos sociais que, se entrelaçam no espaço comum, no caso, a cidade propriamente. Como o Geógrafo Mauricio de Abreu (1998) aponta que a memória da cidade não é homogênea. Esse autor ainda diz:

O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a um lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu as relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Conseqüentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência à

essa mesma cidade. Co-existem então numa cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas.

Porém, muito da memória coletiva de uma cidade é perdido, pois preservar certo documento ou monumento também é expressão de poder, porque só é conservado o que é de interesse particular muitas vezes. As instituições de memória, como lembrando por Abreu, muitas vezes são construídas para preservar uma história particular, uma memória de um determinado objeto, portanto, o que não os interessa, por vezes é descartado, como isso há uma perda grande da memória coletiva. Meneses (2012, p. 25) fala da participação da comunidade local na preservação dessa memória material e cultural, sendo:

Importante componente estrutural da memória identitária e do patrimônio cultural: quem guardou, quem preservou, quem conservou, quem memorizou, foi a comunidade. Antes das leis, antes da educação patrimonial, antes dos instrumentos de interpretação, a sociedade não perdeu o que não queria perder.

Em vista disso, há a discussão, nos anos de 1970, de como a participação de toda a sociedade para a decisão de o que e como salvaguardar os patrimônios históricos, visto no tópico anterior.

Os termos “memória urbana” e “memória da cidade” são questionados por Abreu, porque na visão do autor, memória urbana nada mais é do que o resgate da história da cidade. E a memória da cidade também é um termo errôneo, visto que “a cidade não pode lembrar-se de nada, quem lembra são as pessoas” (ABREU, 1998, p.89).

Para direcionar a pesquisa, adotaremos o termo “memória da cidade”, pois como definido por Abreu, a memória da cidade obrigatoriamente precisa de uma base material, um determinado lugar para acontecer, e a nossa base material são as igrejas católicas e o lugar é a cidade alta. Obrigatoriamente também, não há como falar de memória sem falar da história da cidade. Milton Santos atento a este fato diferencia os termos “história urbana” de “história da

cidade”, o que para ele, história urbana é a história das atividades que acontecem na cidade, qualquer cidade, os fatos se repetem, e não numa cidade específica. E a história da cidade é composta pelos processos sociais que ocorrem na cidade, por exemplo, a história da centralidade. Abreu (1998, p.90) constata em Santos (1994) que,

É necessário para que tratemos da memória das cidades, é fundamental que, além da história urbana e da história da cidade, fundamentais para que possamos contextualizar os processos sociais no tempo e no espaço, recuperemos também a história *daquela determinada cidade*, e esta última é mais do que a soma das duas primeiras. Ela é a síntese de como aquelas duas histórias se empirizaram, como materialidade e como a ação humana, não no espaço geográfico em geral, *mas naquele lugar*.

Portanto, para trabalhar a memória do lugar, antes, sobretudo é preciso saber da história do lugar. Faz-se necessário saber que cada lugar é dotado de um momento histórico, palco de processos sociais que se entrelaçam em escalas diferentes. Alguns desses processos podem ser analisados na escala local, outros, entretanto só podem ser analisados e compreendidos quando estão em uma escala global. Então, para entender a memória das cidades, é preciso cruzar essas análises do local x global dentro do lugar, e saber identificar quais são esses fenômenos.

2.3 – PROJETO VISITAR: AGENTE DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

“Revitalizar o Centro, "não significa renovar e pintar prédios e fachadas", como diz alguns entrevistados nesse relatório; significa “revigorar forças” pessoas, suas relações com o espaço em que vivem, com as instituições em sua volta e com elas mesmas.” (ANJOS e LIMA, 2008).

Antes de falar do Projeto Visitar, é preciso falar do Programa de Revitalização do Centro de Vitória, do Projeto Morar no Centro, e também, das política dos programas de Revitalização/ Recuperação de centros antigos.

O Projeto “Revitalizar o Centro” faz parte da gestão 1997–2000 do poder municipal, tinha como objetivos principais minimizar o esvaziamento e a desvalorização da região, criando condições para a permanência da população, e evidenciar a identidade local, fortalecendo a ligação e a participação dos moradores com os patrimônios culturais do Centro, entre outros.

De acordo com a revisão do Plano Estratégico da Cidade 1996 – 2010, o Projeto “Revitalizar o Centro” também teria, como objetivo principal repensar a vocação do centro de Vitória, ou seja, quais as possibilidades do centro, as potencialidades. Entre uma das vocações constatadas pelo Plano Estratégico, consta o patrimônio histórico e arquitetônico como grande potencialidade da região.

“Revitalizar o Centro significa recuperar a sua história e humanizá-lo retomando a sua função e formas originais, incentivando, ao mesmo tempo, sua modernização. Entende-se que é impossível qualquer processo de revitalização sem a atividade cultural; neste sentido a criação de um corredor cultural seria fundamental para dar vida a esta parte significativa da cidade – Do Saldanha da Gama, passando pela Casa Porto, Escola de Música, Escola de Teatro e Dança Fafi, Museu de Artes Plásticas, Teatro Carlos Gomes, Cine Teatro Glória, *igrejas* e conjunto arquitetônico da Cidade Alta...” (REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO, 2002).

O sentido de se criar um projeto como o Revitalizar o Centro, teve, naquele momento o de criar uma identidade cultural e potencialidade turísticas e de lazer para a cidade de Vitória.

Já no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo da Cidade de Vitória 2000-2008, o Projeto Revitalizar o Centro, tem com objetivo revitalização e valorização do patrimônio histórico e cultural, além de fazer um trabalho de conscientização da população através de folhetos e cartilhas; recuperar o patrimônio; promover visitaçã o a imóveis de interesse turístico,

entre outros. É neste momento que os projetos como o Visitar começam a ser pensados como forma de viabilizar esse interesse turístico.

Já o “Morar no Centro” também é uma ramificação do “Revitalizar o Centro”, e visa dar uma função social aos imóveis abandonados do Centro, além de, ajudar no “repovoamento” do Centro e de diminuir o déficit populacional da cidade de Vitória. De acordo com dados da prefeitura, os imóveis utilizados para o “Morar no Centro” passarão/passaram por reformas e reabilitação, gerando assim, uma melhor qualidade de vida e moradia para os atuais e futuros moradores do Centro. Em números, o projeto contará com 134 unidades habitacionais, reduzindo o déficit habitacional da cidade em 1,8% (dados disponíveis no site da prefeitura de Vitória).

Outra ramificação do “Revitalizar o Centro” é o bem-sucedido Projeto Visitar, que nasceu na PMV em 2006. Nas palavras do coordenador do projeto, Luciano Andrade “após longos estudos de várias secretárias que apontavam a necessidade de requalificação do Centro Histórico”. Em 2007 surge a parceria com Instituto Goia, o Visitar nos moldes atuais, voltado para as atividades no recorte espacial do Centro Histórico.

Ainda para Luciano, “os avanços progressistas atropelaram o que para nós é muito importante hoje, que são os patrimônios”, de fato, a modernização da capital, a transferência, de boa parte das atividades que ali eram realizadas, para as novas regiões da cidade, resultaram no esquecimento desses patrimônios históricos, ficando alguns, totalmente entregues a própria sorte. Então, o Visitar, identifica esse patrimônio cultural-religioso, que não estava devidamente aproveitado, e que a própria comunidade local não tem noção. Villaschi (2012) aponta:

Tanto individuais quanto coletivos, de indiferença e certo descaso para com os bens patrimoniais herdados, em parte pelo desconhecimento do passado e do processo histórico de produção de sua cultura. [...] estrangeiro na própria cidade.

Então, o Visitar passa a trabalhar esses objetos, visando o turismo cultural. O projeto conta com monitores em todas as igrejas católicas do centro e no Theatro Carlos Gomes, monitores capacitados no próprio instituto que dão toda a assistência ao turista e ao morador do Centro, que vezes não conhece a própria história. Fazem o resgate da história, levam ao visitante – local ou turista -, a ideia de formação da identidade Capixaba através dos monumentos. Apresentando-lhes a própria história, o “usuário” do visitar passa a conhecer uma outra Vitória, graças ao trabalho do instituto Goia e da prefeitura de Vitória. Além das visitas monitoradas, o Visitar possui uma coleção de livretos, os quais contam a história de cada espaço onde o projeto atua.

O Visitar realiza um ótimo trabalho nas igrejas da cidade alta, segundo relato do coordenador Luciano Andrade. Algumas igrejas, por serem de irmandades e não estarem ligadas a AVES apresentaram algum tipo de resistência no começo do projeto, mas felizmente aos poucos foram entendendo a importância do projeto.

CAPITULO III:

AS IGREJAS DA CIDADE ALTA QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE VITÓRIA, ES

Saber o passado histórico, a origem dos objetos geográficos, dos lugares, das construções que guardam parte da memória da cidade é primordial para se entender o presente. Quantas vezes não escutamos essa afirmação ao longo vida? Nesse sentido, saber a história das igrejas, tanto como construção ou como a trajetória dos usos e dos papéis que as mesmas representam - objetos diretos da pesquisa -, é primordial para saber os rumos e as influências que ainda hoje permeiam o imaginário e a vivência da população capixaba. Além disso, elas representam marcas que delineiam o processo de transformação do espaço urbano.

É no Centro da cidade que estão localizadas as construções religiosas mais relevantes em termos da história acumulada nelas. Hoje, a área denominada pela pesquisa como “Cidade Alta”, - a prefeitura de Vitória não considera oficialmente o termo “cidade Alta”, é uma caracterização totalmente cultural - que é parte do Centro, conta com 7 (sete) destas construções entre conventos, igrejas e capelas. Algumas ainda mantêm atividades religiosas com a realização de missas, outras estão com a função original modificada, exercendo o papel de museu sacro ou não, atividades administrativas ligadas ao Vaticano como é o caso do Convento de São Francisco, e ainda outras com funções acumuladas, templo, museu e setor administrativo da Cúria Católica local.

A história das igrejas da Cidade Alta se confunde com a história do início da Vila, hoje, cidade de Vitória. Não há como separar. A pequena vila tornou-se cidade em volta das construções sagradas. Assim, objetivando traçar o papel histórico, cultural e geográfico como na categoria de lugar, que as construções sagradas exercem naquele determinado espaço. Lugar que Carlos (2007) define, inicialmente, como identidade histórica que liga o homem ao local que se processa a vida. Evidentemente, o conceito de lugar, por várias vezes confundidas com o conceito de espaço vivido dentro da geografia humanista.

Discorreremos nos próximos dois itens a respeito dos objetos de estudo, no caso, as 7 (sete) igrejas católicas da cidade, cujas imagens expomos a seguir, a história das mesmas desde a fundação, o uso atual, o papel delas na formação da identidade do povo capixaba, e as igrejas como monumento para a formação do conjunto de patrimônio histórico de Vitória, os agentes que atuam na conservação da memória do lugar. Ou seja, descreveremos cada uma das sete igrejas que compõem o objeto de pesquisa, a história e as funções atuais, sendo elas: a catedral metropolitana, a capela de Santa Luzia, o convento de São Francisco, a capela de Nossa Senhora das Neves, a Igreja de São Gonçalo, o Convento do Carmo e a Igreja do Rosário.

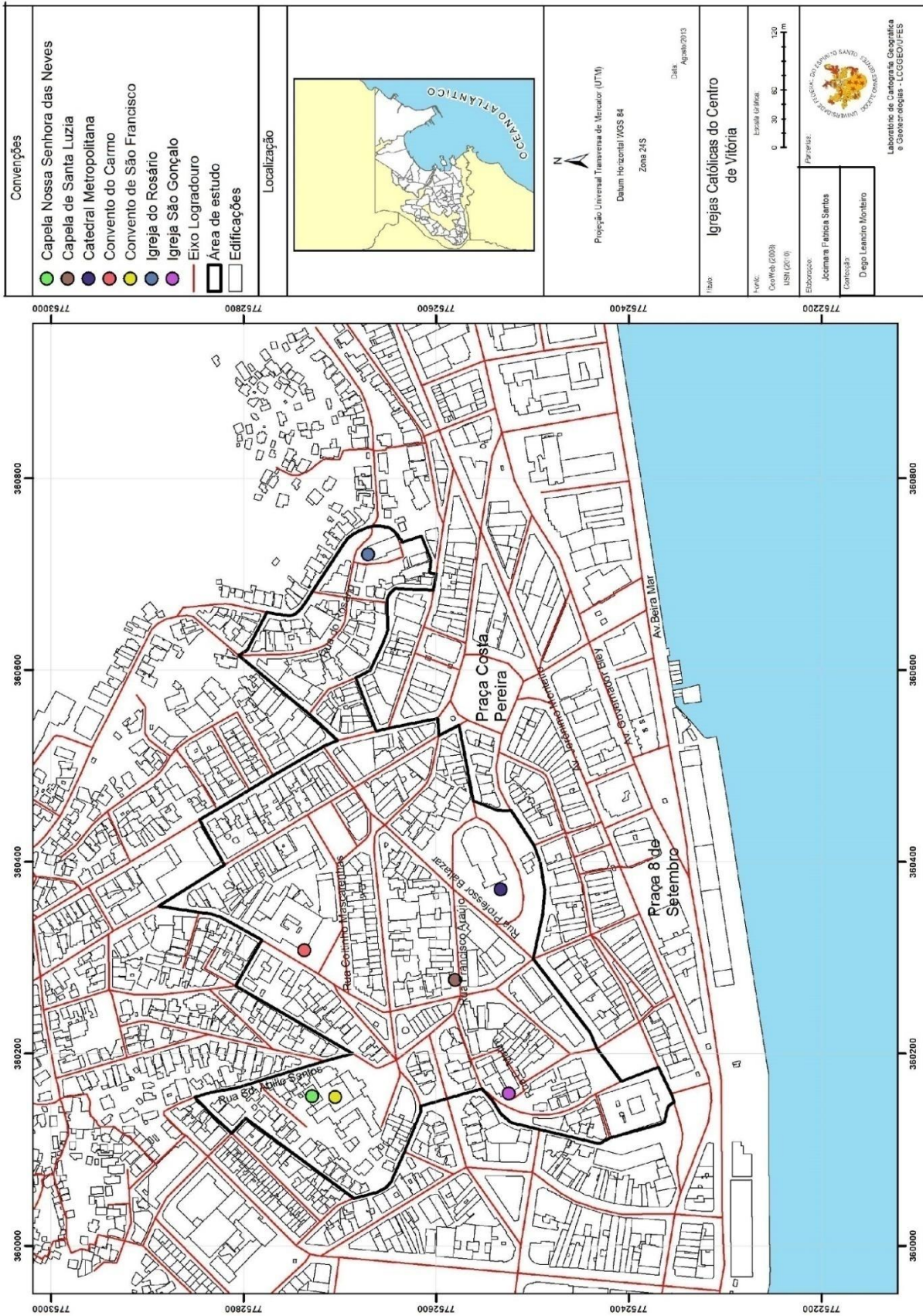


Figura 3: Mapa 3 Localização das Igrejas Católicas do Centro

3.2. – A Catedral Metropolitana de Vitória e Suas Várias Transformações

A construção grandiosa, imponente da Catedral Metropolitana de Vitória, que fica em local mais central da Cidade Alta, nem sempre foi assim. No lugar do grande templo, existiu outra igreja, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, não tão grande, e que, por não suportar o crescente número de fies, falta de conservação, e o desejo da elite local de modernizar a Capital, foi demolida para dar lugar, a que hoje, conhecemos como Catedral Metropolitana de Vitória. Além da antiga matriz, outras construções foram demolidas, pois eram lembranças de um passado considerado sem glória.

Também com os títulos de Paróquia e Igreja Nossa Senhora da Vitória, sua construção remete à transferência da sede da Capitania da antiga sede, hoje, a cidade de Vila Velha para a “Vila Nova”, hoje a capital do Estado do Espírito Santo, pelo então donatário, Vasco Fernandes Coutinho.

Fazendo cumprir a aliança entre o Estado e a Igreja, o donatário manda construir a igreja matriz. Na divisão das responsabilidades pela igreja, a cora portuguesa ficou responsável por administrar os rituais em troca do direito de recolher o dizimo. O governo pela construção de templos e pagamentos de salários aos religiosos.

Antes, a capela que, segundo José Teixeira Oliveira, “construída de pedra e barro, [...] mais parecida com casa de armazém, que lugar dedicado à celebração dos ofícios divinos” (OLIVEIRA, 1951, p.189 apud BONICENHA, 2004, p. 66). No ano de 1541, a então capela passa a ser a primeira Paróquia do Espírito Santo. Ganhando o título de igreja após pás sar por restauração e ampliação. Após quase dois séculos a igreja de Nossa Senhora da Vitória encontra-se em ruínas. As obras de restauração da Paróquia iniciaram no ano de 1749, e em 1785 a igreja é reedificada, e as obras conduzidas pelo ouvidor da Capitania do Espírito Santo, Dom José Caetano da Silva Coutinho. No ano de 1848 a Igreja passa por outra reforma, terminando assim a edificação das

torres. No ano de 1895 é criado o Bispado do Espírito Santo, a igreja de Nossa Senhora da Vitória, torna-se Igreja Catedral.

No início do século XX, mais precisamente no ano de 1904, a antiga igreja passa por mais uma reforma e a Igreja de São Gonçalo, localizada também na Cidade Alta, passa a exercer as funções de Matriz e Catedral. Poucos são os registros da antiga matriz, que foi a primeira igreja da cidade. A história conta que no dia 08 de setembro de 1551, após a vitória de uma das batalhas contra os índios, os colonos decidiram consagrar a igreja que estava sendo construída à Nossa Senhora da Vitória, considerada, a padroeira da Vila. O que se sabe também é que as atuais cores da bandeira do estado do Espírito Santo são em referência às cores do manto da Santa.

Em 1918 a estrutura da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória é totalmente demolida, como isso, os serviços e funções religiosas da Matriz são novamente passados a Igreja de São Gonçalo. Com a demolição da antiga igreja perderam-se várias peças sacras, inclusive a imagem da padroeira da igreja.



Figura 4: construção da Catedral Metropolitana
Fonte: IPHAN

No ano seguinte, é iniciada a construção da nova Catedral, porém por falta de recursos, a construção é interrompida, e só retomada no ano de 1933. O engenheiro André Carloni manteve o estilo neogótico, com duas torres sineiras, em forma de cruz. A inspiração veio da Catedral de Colônia, na Alemanha. [...] as obras da igreja continuaram até os anos de 1970 [...] (RODRIGUES, 2010).

Em 1934 os serviços religiosos que eram realizados pela Igreja de São Gonçalo retornam a nova Catedral. 50 anos mais tarde, no então ano de 1984 a Catedral é tombada pelo Conselho Estadual de Cultura. Em relação à forma atual da Catedral Nossa Senhora da Vitória, Rodrigues aponta:

A igreja tem sua planta na configuração de cruz latina e referências ao estilo gótico. Possui nave ampla com cinco acessos, um frontal e quatro laterais. A decoração interna é do escultor Waldemir Bogfanoff. Os Vitrais foram desenhados pelo artista italiano César Alexandre Formanti. Os quatro vitrais do altar simbolizam os evangelistas Mateus, Lucas e João. (RODRIGUES, 2010, p.275).

A partir da década de 1960 a Igreja Católica volta-se também para assuntos políticos, como é exposto por Bonicenha,

A Igreja Católica a estimula seus fiéis a estarem mais a serviço da causa dos direitos e da promoção da pessoa humana, denunciando injustiças e violências, realizando ações para surgimento de uma ação verdadeira sociedade justa e solidária. (CNBB 2001 apud BONICENHA, 2004).

Ainda Bonicenha,

A igreja passa a dar a seus ritos um caráter muito mais político e menos suntuoso e supersticioso. Procissões simples, passeatas e encontros de fiéis abertas a toda sociedade, substituíram as pomposas procissões, estratificadas e financiadas pelo poder público. [...] nos períodos colonial e imperial, quando existia a escravidão, a Igreja aproveitava as procissões para demonstrar sua capacidade de organização, apresentando o seu poderio temporal e religioso. Os

cortejos, formados de sacerdotes, confrades e autoridades, eram uma verdadeira demonstração de prestígio social, na observância da proximidade com o Santíssimo, realizada exclusivamente por poucos brancos. (BONICENHA, 2004, p. 68).

Não só a Catedral teve esse caráter político, mas também toda a Igreja Católica houve um tempo que só poderiam ser frequentadas por brancos. Num relato de Maria Stella de Novaes fica claro como o papel das irmandades era relevante neste contexto racial,

Em 1876, quando a imagem histórica saía da matriz, em procissão, o Pe. Miesceslau Ferreira Lopes Vanzeler, desejava que um de seus escravos levasse a naveta e o turíbulo. A irmandade do Santíssimo Sacramento, formada por brancos e autoridades, protestou: - Escravo não acompanha a procissão! A procissão não sai! [...] Cresce a confusão. Formam-se partidos. A irmandade de São Benedito do Rosário retira-se e a de Boa Morte permanece na igreja, fazendo coro à irmandade do Santíssimo. Têm apoio de outras Irmandades piedosamente revoltadas contra o vigário, posto de lado, porque defendiam princípio cristão de igualdade. (NOVAES, s/d, p. 271).



Figura 5: Catedral Metropolitana atualmente
Fonte: Fotografia da autora, 2013

O estilo imponente da forma Catedral realmente impressiona, é grandioso, e pode ser visto de qualquer ponto da Cidade Alta e das avenidas Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel. Os vitrais da igreja, doados por influentes famílias, grupos e irmandades locais, é uma das principais marcas da Catedral.

Hoje, a Catedral Metropolitana de Vitória atua com função original: o sagrado. Há a celebração de missas diariamente, realizadas pelo Arcebispo de Vitória e pelos Bispos auxiliares. É da Catedral de Vitória que partem, todos os anos, os fieis da mais numerosa romaria da Festa da Penha, a romaria dos homens, que segue em direção ao Convento de Nossa Senhora da Penha, localizado na cidade de Vila Velha.

Sobre os frequentadores da Catedral, há aqueles que não perdem uma missa, e há também os esporádicos, que frequentam em épocas de festa, como a festa da padroeira do estado. Os que relatam, em conversas informais, que frequentam a Catedral diariamente, falam de um laço de memória com a igreja, frequentam de crianças, eram levados pelos pais e continuaram a exercer a sua fé no templo. A Eles, a Catedral é muito mais que uma igreja, um espaço físico, se tornou uma extensão da própria casa.

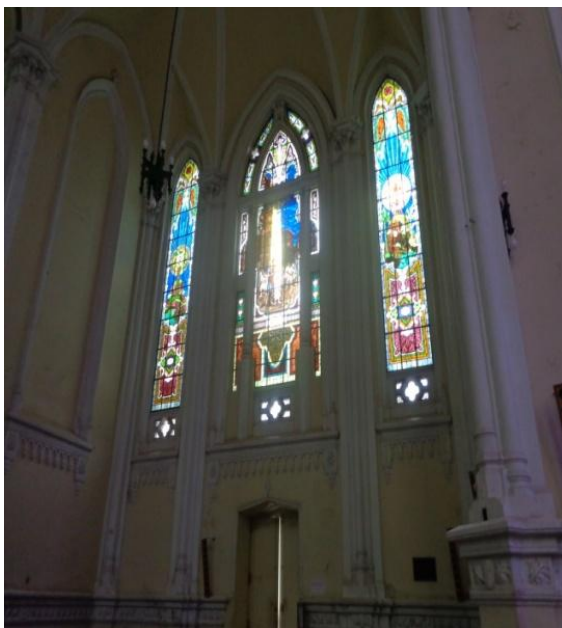


Figura 6: Vitrais originais
Fonte: Fotografia da Autora, 2013

Como dito anteriormente, um dos pontos chaves da Catedral de Vitória são os vitrais que decoram a igreja. Recentemente a Catedral vem passando por mais uma reforma ao logo da sua história. Novos vitrais foram inseridos na construção, deixando os frequentadores, assíduos ou esporádicos, descontentes com a nova ornamentação da igreja. A Inauguração dos novos vitrais da Catedral aconteceu no segundo semestre de 2013, e causou certo estranhamento aos frequentadores assíduos e mais apegados à antiga decoração da Igreja.

Dona Ruth, 75 anos, moradora do Centro há 30 anos e frequentadora da Catedral desde então, relata que não gostou dos novos vitrais. “não gostei, não. É muito colorido, não combina”. De fato, os novos vitrais são bem coloridos e não possui os desenhos sacros como nos antigos, são apenas vitrais coloridos e em formas geométricas.

Mas há quem goste o Turista do estado de São Paulo, Matheus, 35 anos, achou bonito justamente por ser colorido, “achei bem bonito, as cores fortes trazem vida à ao ambiente neutro de uma igreja, eu aprovo, não conheci antes, mas achei bem bonito.”

Para a reforma dos vitrais, a comunidade não foi requisitada a opinar a respeito do mesmo, o tempo todo da reforma, os vitrais ficaram escondidos por tapumes, o que diminuía o tamanho do altar principal da Catedral. Os novos vitrais descaracterizam a forma da Igreja, como bem dito por dona Ruth, “não combina”. Em alguns horários, a luz do sol atravessa os vitrais deixando tudo dentro da igreja da cor Rosa e Azul, problema que não acontecia antes, até porque em alguns locais do altar principal não havia vitral, era concreto. Isso incomoda alguns frequentadores, principalmente os que frequentam as missas durante o dia.

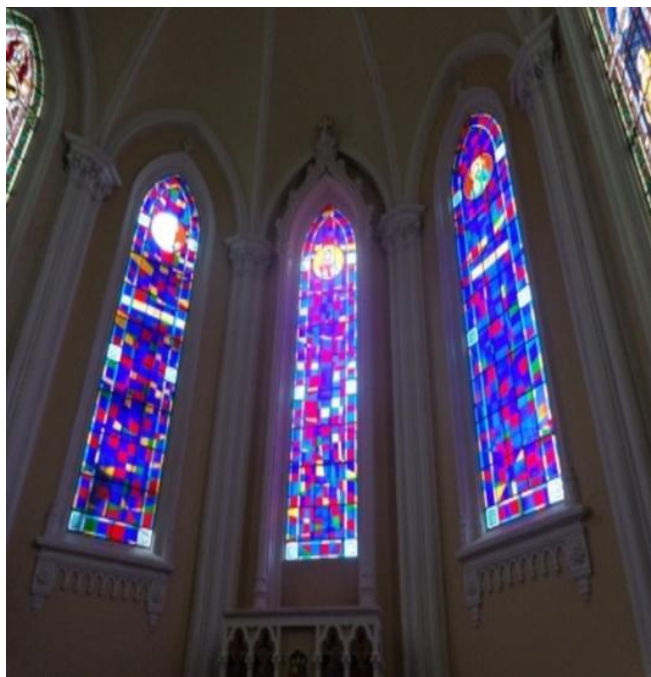


Figura 7: Novos Vitrais
Fonte: Fotografia da autora, 2013

A impressão que fica, é de que quem projetou os novos vitrais da Catedral Metropolitana, não pensou nos problemas que a mudança poderia acarretar, pensou apenas no lado estético, deixando de lado quem realmente usufrui diariamente daquele local. Uma simples reforma em um símbolo de tamanha relevância para a memória individual e coletiva de um lugar, não pode ser encarado simplesmente como uma simples mudança no padrão estético. Mudar é descaracterizar, é trazer a mente pensamento como “não é mais a igreja que eu frequentava quando criança”, como bem dito por Dona Maria das Graças, moradora do município da Serra, mas frequentadora da Catedral. A mudança mexe com a memória afetiva das pessoas, por mais que a mudança seja relativamente pequena.

Dentre as sete igrejas do Centro Histórico da capital, a Catedral Metropolitana é mais frequentada, talvez, por motivos óbvios, por ser a catedral, ela é tida como referência para os frequentadores, é como a Igreja das Igrejas do Espírito Santo, é o centro. Por este motivo, qualquer intervenção em sua forma ou estrutura tem de ser bem estudada, e de preferência com consulta a aqueles que a frequentam quase que diariamente.

3.3. - A Capela de Santa Luzia



Figura 8: Capela de Santa Luzia
Fonte: Fotografia da Autora, 2013

No ano de 1537, o que hoje é a capital do Estado de Espírito Santo, não passava de uma fazenda, chamada de Ilha de Santo Antônio. O então sesmeiro Duarte Lemos, que recebeu de Vasco Fernandes Coutinho a posse da fazenda, ordenou que fosse edificada em sua fazenda uma Capela para que fossem realizados os ofícios religiosos, foi assim que surgiu a Capela de devoção a Santa Luzia.

A capela de Santa Luzia é o único monumento com características da arquitetura colonial brasileira (RODRIGUES, 2010, p. 258), ou seja, é o monumento mais antigo da cidade de Vitória, sendo testemunho de todas as transformações que a cidade passou ao longo dos seus 462 anos. Durante muito tempo a capela reuniu-o o consistório da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios,

Uma das mais tradicionais Irmandades de Vitória, frequentada pelos brancos, quando deixou de existir no início do século XX. Realizava

nos meses de dezembro e maio (sic), respectivamente, as festas de Santa Luzia e da “Excelsa Soberana Virgem Senhora dos Remédios”. [...] A irmandade teve seu compromisso, aprovado pela lei provincial nº 5, de 28 de junho de 1845. (BONICENHA, 2004, p. 64)

Ainda sobre as atividades da Irmandade de Nossa Senhora da Vitória, segundo o historiador Elmo Elton diz,

A irmandade contava com vários membros, de ambos os sexos. Celebrava todos os anos, a 13 de dezembro, a festa da Santa Luzia, com missa solene e procissão concorridíssima. A procissão, cujo percurso se limitava à cidade alta, conduzia sempre dois andares: - o da virgem mártire o de Nossa Senhora dos Remédios. (ELTON, 1987 apud BONICENHA, 2004).

As atividades religiosas aconteceram até o ano de 1928 na capela, após esse período a capela fica em total abandono e descaso, o que levou a deterioração da estrutura. No ano de 1937 o imóvel é comprado pela União, 6 anos mais tarde é restaurada por André Carloni, - engenheiro responsável também por obras na Catedral Metropolitana -, após o restauro, é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Após o ano de 1928 e a aquisição pelos órgãos públicos, a Capela de Santa Luzia não teve mais função religiosa, não há, por exemplo, desde o referido ano a realização de missas.

Na metade do século XX a capela, que também está localizada na Cidade Alta, passa a abrigar o Museu de Arte Sacra e a partir do ano de 1976, sob custódia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Neste mesmo ano passa a funcionar como galeria de arte, vindo a preencher uma lacuna até então existente no campo das artes plásticas no Espírito Santo. (RIBEIRO, 1995 apud BONICENHA, 2004).

Atualmente, a Capela de Santa Luzia funciona apenas para visitação, não possui mais funções sacras. Ela atrai os visitantes primeiramente por sua história, referente ao período da colonização, e arquitetura que difere de todas as outras igrejas do Centro.

Por não ter uma rotina de missas, a igreja é basicamente frequentada por turista que por conta da proximidade, que também frequentam a catedral metropolitana, e estar localizada em cima de uma formação rochosa, a Capela de Santa Luzia, é a única que possui elevador para cadeirante, aumentando assim a acessibilidade ao local histórico.

3.1.3 - O Convento de São Francisco

Os primeiros frades franciscanos chegaram a Vitória no ano de 1589, vindos através do convite do donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho, recebidos pela donatária Luísa Grimaldi, pois seu então marido havia falecido. Luísa sabia do desejo do marido de ter em terras capixabas um monastério franciscano, então doou aos frades um terreno para que o desejo do donatário fosse sanado.

No ano de 1591, começaram as obras de construção do convento franciscano, sendo interrompidas e reiniciada 3 (três) anos mais tarde, ficando pronto no ano de 1597, sendo realizada a primeira missa na igreja conventual, que foi dedicada a São Francisco, pelo Frei Antônio das Chagas. A respeito da forma arquitetônica da do convento, Bonicenha diz,

O convento possuía além da igreja, o claustro com dependências necessárias ao monastério e a Capela da Venerável Ordem Terceira da Penitência. A igreja conventual possuía três altares ornados de talha executados entre 1617 e 1620. O altar- mor com São Francisco, padroeiro, ladeado por Santo Antônio e São Benedito, e dois altares laterais com as imagens de Nossa da Conceição e São Boaventura. (BONICENHA, 2004, p.81)

Somente homens, brancos, ricos e senhores influentes da sociedade local, participavam da Ordem Terceira de São Francisco. A capela da Ordem abrigou diversas irmandades, dentre elas as irmandades de São Benedito, que inicialmente era constituída por negros escravos do próprio convento de São

Francisco. A irmandade de São Bendito foi um importante meio de participação do negro à cultura cristã. Por volta de 1609, o cemitério do convento recebe os restos mortais do Frei Pedro Palácio para manter a tradição de que os confrades sempre são enterrados em convento, então, os restos mortais do frei, sai de Vila Velha por ordem do guardião Frei Antônio da Estrela.

Em 1823 a Vila da Vitória recebe o título de Cidade, porém, ainda não existia infraestrutura para a população que crescia em ritmo acelerado. Nesta época o convento de São Francisco foi perdendo a função inicial, passando a servir para outras atividades, sendo muito requisitado pelas autoridades locais para as mais diversas funcionalidades, entre elas, funcionando como local para escola elementar e enfermaria para atender as vítimas das constantes epidemias da época.



Figura 9: Convento de São Francisco
Fonte: IPHAN

A falta de saneamento básico levou a cidade a sofrer, durante o século XIX, epidemias de varíola e de cólera, vitimando centenas de pessoas. Nas igrejas já não havia mais espaços para o sepultamento. O governo instala em 1856, um cemitério provincial, em terreno do convento de São Francisco. No local já existia uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Neves, que passou a ser

necrotério, assim permanecendo até 1908, quando inaugurou o cemitério municipal, em Santo Antônio. (BONICENHA, 2004, p. 82).

Sobre a Capela de Nossa Senhora das Neves, que fica no mesmo terreno do convento de São Francisco, falarei com mais detalhes adiante, expondo que além de necrotério, a capela também serviu de abrigo para famílias “sem – teto”, entre outras funções. Além das atividades que não tinham relações diretas com a igreja, no convento de São Francisco aconteciam eventos religiosos, com destaque para a festa de São Benedito, a festa do Divino Espírito Santo, a procissão de quarta-feira de cinzas, e a festa da imaculada Conceição. Já no final do século XIX, o convento estava em total abandono e descaso, havia poucos religiosos no local, não tinha mais a função religiosa de antes, e as outras funções que ocasionalmente tomava forma, também não existia mais no convento. Foi então, que no ano de 1898, A Ordem de São Francisco passa o convento para administração da Mitra Diocesana.

Já no século XX, é criado nas dependências do convento o Orfanato Cristo Rei, na época, o Padre responsável pela criação do orfanato, o Padre Leandro Dell ‘ Uomo, deu início, ao que o Wallace Bonicenha descreve como desmonte,

do monastério e da igreja conventual, não respeitando sequer a sepultura do Frei Pedro Palácios, que teve seus ossos lançados com outros demais num ossuário comum. A Capela da Ordem Terceira foi modificada para ser capela do orfanato. (BONICENHA, 2004, p.83)

Na década de 1950, parte do convento é restaurada por André Carloni, engenheiro e arquiteto, que foi responsável por várias construções grandiosas e históricas na capital capixaba. Por meados da década de 60 (sessenta) do século passado, o que era orfanato, passou a ser residência episcopal, funcionando também o Colégio Agostiniano (1970 a 1976) e as irmãs Carmelitas, (1981 a 1985). (BONICENHA, 2004), ainda em 1985 há a saída da residência episcopal e das irmãs Carmelitas, o convento de São Francisco passa a funcionar como sede da Cúria Metropolitana.



Figura 10: Convento de São Francisco atualmente
Fonte: Fotografia da autora/2013

Atualmente, do antigo convento de São Francisco, pouco resta, o frontispício, que é tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, foi a pouquíssimo tempo restaurado em convênio entre a cúria metropolitana, o estado e com a empresa Vale, as paredes da Capela Conventual e alguns paredões ainda resistem aos 416 anos de história. A fachada do convento de São Francisco é grandiosa e imponente, os passantes não imaginam o que podem encontrar atrás daquelas paredes enormes. Hoje, com as funções apenas administrativas da Igreja no Estado do Espírito Santo, sem a realização de missas ou de qualquer outro evento aberto à comunidade, o que tem ali dentro, fica a trabalho da imaginação de quem passa na rua e olha para o alto não frequenta as dependências da arquidiocese de Vitória, mas a quem interessa subir, e olhar a cidade pelos olhos da entrada do convento, pode contemplar uma das visões mais bonitas da ilha, ou ainda ficar tonto com a quantidade de prédios que a cidade alta possui, sem dúvidas é uma experiência única.

Ao entrar no prédio pela primeira vez, o espanto é inevitável, pois não se pode imaginar que por atrás de toda aquela obra arquitetônica imponente há um ambiente com escritórios, salas de reuniões, um pequeno museu com pertences dos antigos arcebispos, uma biblioteca, uma capela, um estacionamento, uma visão privilegiada do Parque da Fonte Grande, entre outras coisas que só quem atravessa os portões do convento pode descrever.

Há uma rampa de acesso ao convento, porém, não ajuda na locomoção de quem tem problemas com acessibilidade, não há elevador, e a rampa é bem íngreme, além do que, o convento fica no topo de uma pequena ladeira. Como é um local restrito a Cúria Metropolitana, ele é pouco visitado. Passou por uma reforma há algum tempo, melhorando as instalações e restaurações, sem dúvida é um ponto importante de memória para os moradores do Centro, porém pouco aproveitado. Basicamente é frequentado por pessoas de todo o estado, entretanto não para fins turísticos, e sem administrativos, pois no local acontecem formações, treinamentos, reuniões, etc. Assuntos relacionados a toda a Arquidiocese.



Figura 11: interior do Convento de São Francisco
Fonte: Fotografia da autora/2013

3.4 – A Capela de Nossa Senhora das Neves

Não há registro da exata data de início da construção da capela, nem da sua inauguração, mas sabe-se que é no início do século XIX. A capela é edificada no interior do cemitério do Convento de São Francisco, e de 1860 a 1905 a capela passa funcionar como capela mortuária para velórios (RODRIGUES, 2010, P. 271). O desenho arquitetônico da capela de Nossa Senhora das Neves é em forma de cruz, e abrigava a imagem da padroeira do primeiro convento franciscano construindo no Brasil, na cidade de Olinda, Pernambuco. A imagem era de Nossa Senhora das Neves, e segundo Elmo Elton,

(...) a imagem, pequena, de roca, teria sido levada para igreja de São Gonçalo, em Vitória, onde permanece. Aliás, existiu nessa última igreja, até os anos de 1940, a Irmandade de Nossa Senhora das Neves, que promovia, anualmente, no dia 05 de agosto, concorrida procissão de sua padroeira, embora de itinerário reduzido, passando inclusive, como que por tradição, pelas ruas General Osório e Caramuru, então das mais estreitas da cidade. (ELTON, 1987, p. 48)



Figura 12: Capela de Nossa Senhora das Neves
Fonte: Fotografia da autora/2013

Após a transferência do cemitério, a capela passou a abrigar famílias “sem – teto” até meados de 1940. Já da década seguinte até o ano 1970, a capela de Nossa Senhora das Neves, foi palco de um pequeno museu da Comissão Espírito – Santense de Folclore. Já no final da década de 1990 a capela fica em estado de abandono, como é relatado por Bonicenha,

A capela de Nossa Senhora das Neves, de propriedade da Cúria Metropolitana de Vitória ficou abandonada até 1995. Restaurada, foi reaberta para receber a exposição “O Congresso Eucarístico

Diocesano no Espírito Santo”, comemorativa ao centenário do Bispado do Espírito Santo. Atualmente serve de local de orações para funcionários da Cúria e de abrigo para uma exposição permanente com paramentos religiosos. (BONICENHA, 2004, p. 82).

Hoje, a Capela de Nossa Senhora das Neves, como afirmado por Rodrigo Bonicenha, encontra-se aberta para visitação e para missas aos funcionários da Cúria, missa essa que ocorre apenas em uma segunda-feira de cada mês. Durante obras de reparo do IPHAN, foram encontrados ossos humanos em uma das paredes, porém não há identifica o de quem poderiam ser esses ossos. Era bastante comum no século XIX, que pessoas importantes da sociedade fossem enterradas dentro das Igrejas, mas neste caso, não foram encontrados nenhum tipo de registro do sepultamento. As obras foram paralisadas e ossos permanecem na parede da capela em exposi o permanente.

Pelos menos motivos de que o Convento de São Francisco não é muito visitado, a Capela de Nossa Senhora das Neves também não é, pelo fato de ficar no mesmo terreno, tanto a Capela e o Convento recebem o mesmo numero de visitantes.

3.5 – O Convento de Nossa Senhora do Monte Carmo

O Complexo do convento de Nossa Senhora do Carmo, ou o convento das carmelitas, era composto pela Capela da Ordem Terceira do Carmo, à direita, a Igreja ao centro, e o Convento/ colégio a esquerda. Tem sua data de funda o no Século XVII e foi construído pela Ordem das Carmelitas Calçados. A Ordem chegou ao Estado do Espírito Santo em meados do ano de 1682, construíram o convento, a igreja central e uma capela, sendo administrados pelo Frei Agostinho de Jesus, considerado por vários historiadores como seu primeiro prior (BONICENHA, 2004).

A Ordem do Carmo, entre as outras ordens era a que possuía a fazenda mais rentável da época, fazenda essa, recebida por meio de herança. Fazenda

mais rentável e de maior preocupação dos últimos priores da ordem. Maria Stella de Novaes, no seu livro História do Espírito Santo, relata:

Em testamento datado de 4 de março de 1696, o Capitão Manuel Tôrres de Sá doou ao Convento do Carmo sua fazenda situada em Piranema (Cariacica), com trinta escravos e a capela, sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro. Estabeleceu a condição de serem celebradas missas, todos os anos, por sua alma, e festejar-se, igualmente, com solenidade, o patriarca São José, a 19 de março. O benfeitor do Carmo faleceu a 1º de novembro de 1701. Aberto o testamento, verificou-se que havia um parágrafo segundo o qual passariam os bens enunciados à Santa Casa de Misericórdia, se os religiosos Carmelitas faltassem às condições estabelecidas. (NOVAES, s.d, p. 75).



Figura 13: Convento de Nossa Senhora do Carmo
Fonte: Acervo do IPHAN

Nunca houve no Convento do Carmo um número significativo de frades, e por conta da medida do Ministro da Justiça da época, Nabuco de Araújo, o número diminuiu consideravelmente, visto que a medida previa o fechamento de noviciados no ano de 1855. O último prior do Convento do Carmo, foi frei Antônio de Nossa Senhora das Neves, falecido em 1871. Com a morte do seu último prior o Convento entrou em estado de abandono, os carmelitas, que ali

ficaram, ao ano de 1872, permitiram ao governo da época, que nas dependências do monastério fosse instalado o quartel da Companhia de Infantaria.

O Arciprestes – que é o decano entre os presbíteros – Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, requisitou ao Governo do estado as dependências do Convento do Carmo, a fim de anexá-lo aos bens da Diocese do Espírito Santo e também para que fosse transformada na residência do bispo. O primeiro bispo a utilizar as dependências do Convento do Carmo no ano 1897 foi Dom João Batista Nery. Dom João foi o responsável pela criação do Ateneu Diocesano, que em 1899 passou a funcionar no Convento da Penha. Dom João Batista de Nery promoveu algumas modificações físicas no Convento, a respeito disso ELTON, diz:

Com a chegada do primeiro bispo diocesano Dom João Batista Correa Nery, eis que o Convento do Carmo deixou de existir, a rigor, com tal denominação. (...) Dito prelado promoveu, apenas ligeiramente, a reforma da igreja, chamada o Carmo Grande, dando-lhe a designação de Episcopal Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora, da qual era devoto, retirando do altar-mor a centenária imagem de Nossa Senhora do Carmo e substituindo-a pela nova padroeira. As festas de Nossa Senhora do Carmo realizavam-se, anualmente, em Vitória, a 16 de agosto, quando eram distribuídos escapulários aos fiéis pelos irmãos da Ordem Terceira. (ELTON, 1987. In BONICENHA, 2004)

Sob as ordens do bispado, foi construído também um internato feminino, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que era administrado pelo educandário Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente de Paula (Vicentinas) (BONICENHA, 2004). Já nas primeiras décadas do século XX, o bispo Dom Fernando de Souza Monteiro e a Irmã Maria Horta, que era a superiora do educandário vicentino, instalaram nas dependências do colégio o Orfanato Coração de Jesus, que mais tarde passa a ser o externato São José. No ano de 1960, por ordem do bispo Dom João Batista Motta de Albuquerque o colégio é desativado. O imóvel passou a abrigar a Capela da Medalha Milagrosa, aberta

a ofícios religiosos e administrada pela cúria, funcionando a ela a creche João Paulo II (BONICENHA, 2004).



Figura 14: Convento de Nossa Senhora do Carmo atualmente
Fonte: Fotografia da autora, 2013

Ao lado oposto ao colégio, ficava a Capela da Ordem Terceira do Carmo, a ordem era composta por militares de altas patentes, ricos comerciantes e fazendeiros da sociedade. A capela encantou com sua beleza D. Pedro II, tendo relatado em seu diário de viagem a passagem como “*a mais bonita que visitei*” (BONICENHA, 2004, p.87)

A igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, que ficava ao centro do complexo, sofreu inúmeras transformações em sua arquitetura no início do século XX, a fachada da igreja recebe traços góticos, semelhantes ao da Catedral Metropolitana, e a pequena capela da Ordem que era construída com traços do barroco é demolida, passando pelo processo de modernização que a capital capixaba vivia. A parte interna da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora conservou sua forma original, que encanta com detalhes sutis. No Altar-mor está sepultado o segundo bispo do Espírito Santo, Dom Fernando de Souza Monteiro, as fundadoras das “irmãs de caridade” entre elas, Irmã Maria Horta. (BONICENHA, 2004).

Atualmente há realização de missas na Igreja, e está aberta a visitação. Nos fundos da igreja existe em funcionamento um seminário, o seminário Milícias de Cristo, e o espaço do Colégio, abriga hoje, uma escola municipal de ensino fundamental. O convento do Carmo passou por várias modificações ao longo de sua história. Sendo a fachada da Igreja, o único item tombado pelo IPHAN, o restante da construção não. Foram mudanças de forma e função, servindo de internato, convento, escola normal, escola particular, escola do poder municipal. A sua arquitetura é belíssima, e diferente das demais igrejas que compõem o Centro histórico de Vitória. É frequentada por moradores da região, em maioria por pessoas da denominada 3ª idade.

Dona Thereza, 65 anos, moradora do Centro há mais de 60 anos, diz ter um apego pela igreja. Ela afirma: “me casei aqui, meus filhos também, frequento as missas ao sábado e religiosamente aos domingos, não deixo de vir, não vou às outras, só nessa”. O Sentimento de apego à igreja, no caso da Nossa Senhora Do Carmo, é em praticamente todos frequentadores, é raro novos rostos na Missa, em geral, são pessoas que moram nas redondezas e frequentam há anos a igreja. A uma relação com as lembranças de infância, memórias de casamentos, batizados, como se a Igreja fosse, e é parte da vida dos fiéis.

Há a necessidade de reformas na fachada da igreja e no interior, por ter uma escola em anexo, as escadarias e os jardins da igreja precisam sempre de reparação, pois, ainda não há uma conscientização geral por parte da comunidade escola que ali coexiste. O jardim é mantido por uma frequentadora da Igreja.

3.6– A Igreja de São Gonçalo Garcia

Não há registro exato da fundação da igreja de São Gonçalo. O que se tem registro, é que as irmandades de Nossa Senhora do Amparo e Boa Morte e Assunção construíram no ano de 1707 na parte alta da cidade, uma capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo e Assunção, e no ano de 1715 as

mesmas irmandades edificaram no mesmo local da capela, uma igreja dedicada a São Gonçalo Garcia. A consagração ao Santo aconteceu no ano de 1766, como relata Bonicenha (2004, p.93) a consagração ocorreu em 2 de novembro de 1766, com a presença do Visitador Diocesano padre Antônio Pereira Carneiro e pelo vigário da então vila de Vitória, padre Antônio Xavier. ". No ato de consagração da igreja, o altar- mor estava disposto da seguinte maneira, "Nossa Senhora da Assunção, ao centro; São Gonçalo Garcia, abaixo; Nossa Senhora do Amparo à direita (evangelho); Nossa Senhora do Rosário à esquerda (Epistola)". (ELTON,1987. p. 68). Mostrando assim, a presença das irmandades na igreja.



Figura 15: Igreja de São Gonçalo, vista da escadaria
Fonte: acervo do IPHAN

Como visto no item 3.1.1, a igreja de São Gonçalo Garcia, serviu como matriz da paróquia de Vitória durante o início do século XX, quando a Catedral Metropolitana passou por reforma,

O então Bispo Diocesano, Dom Fernando de Souza Monteiro, declarou Matriz a Igreja de São Gonçalo, para onde em 12 de novembro de

1911, foi translada a imagem de Nossa Senhora da Vitória. [...] Devendo iniciar - se a construção da nova Catedral, Dom Benedito Paulo Alves de Souza, em 26 de agosto de 1918 transferiu para a igreja de São Gonçalo a sede da Matriz e Catedral. Sob o governo diocesano do Sr. Bispo Dom Luiz Scortegagna, adiantadas as obras da catedral, a ponto de permitirem que nela se celebrasse o officio divino, foi a mesma aberta ao culto público, pelo natal de 1933. (Panfleto das festividades da Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, 2003).

A igreja passou por uma grade reforma no ano de 1929, o altar-mor recebeu as imagens de Santo Inácio de Loyola e a de São Francisco Xavier datadas do século XVII. Bonicenha (2004). As imagens dos Santos são consideradas as mais belas e preciosas do Estado. Duas décadas mais tarde, no ano de 1948, o IPHAN tombou a igreja como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e junto com ela todas as imagens de todos os Santos que fazem parte do acervo sacro. A última restauração realizado pelo IPHAN aconteceu no ano de 1992.

Durante o mês de agosto de todos os anos, sai pelas ruas do Centro de Vitória a procissão, levando a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, que é carregada por membros da Marinha ou do Exército brasileiro segue em direção a Catedral Metropolitana. A procissão segue conduzida por membros da irmandade. Outra procissão acontece também no mês de agosto,

No segundo domingo do mês de agosto, sai da igreja a procissão em direção à Catedral, com a imagem de Nossa Senhora da Assunção, de um metro e meio de altura, representando o dogma de fé católico da Assunção da Mãe de Cristo ao céu. o andor ornamentado segue o trajeto predeterminado, sendo saudado pelos confrades e devotos, que rezam e entoam cânticos, acompanhados por dobrados festivos. (BONICENHA, 2004, p.96)

Além das irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, e a irmandade de Nossa Senhora do Amparo, existiu também outras entidades religiosas na igreja de São Gonçalo Garcia, como a associação Imaculado Coração de Maria, Nossa Senhora das Neves e Nossa Senhora Auxiliadora.

Com a modernização do Centro de Vitória, a demolição de sobrados e a construção de prédios altos em toda a região, a Igreja de São Gonçalo, ficou "engolida" por essas construções, ficando escondida atrás dos prédios. Da igreja, que era possível ver o mar, agora, o que é possível ver é um emaranhado de prédios.



Figura 16: Igreja de São Gonçalo, vista da escadaria
Fonte: Fotografia da Autora, 2013

Após 300 anos de história, a igreja de São Gonçalo continua a realizar missas, casamentos, batizados, inclusive, uma lenda local conta que quem na igreja de São Gonçalo se casa, nunca mais separa. Por esse motivo, a igreja é muito procurada para a realização de casamentos, tendo uma lista de espera que chega há mais de dois anos. Além disso, a igreja possui uma acústica muito boa, o que faz com que seja muito procurada para apresentações de corais. A igreja de São Gonçalo também é a única na Grande Vitória a realizar a Missa Tridentina ou Forma Extraordinária do Rito Romano, que é celebrada em Latim.



Figura 17: Igreja de São Gonçalo atualmente
Fonte: Fotografia da Autora, 2013

Apesar de vínculo com a Arquidiocese de Vitória, a igreja de São Gonçalo é uma igreja particular, sendo todas as decisões sobre a administração feita pela Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção. Por não ter o vínculo com a Cúria, o dinheiro para a manutenção da Igreja provém da Arquiconfraria. A igreja necessita de reformas, a ultima acontecendo há mais de duas décadas, quem realiza as reformas é o IPHAN. Por ser muito frequentada para casamentos, as reformas são imprescindíveis, contudo, a burocracia de nossas leis, freiam a manutenção desses monumentos.

3.7 – A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

No ano de 1765 ficou pronta a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Em terreno doado à Irmandade de Nossa Senhora do

Rosário dos Homens Pretos, na encosta denominada Pernambuco (BONICENHA, 2004). De posse do terreno, a irmandade, auxiliada por negros escravos, deu início às obras de construção da igreja, que levou menos de dois anos para ficar pronta. Como em diversas outras cidades do Brasil colônia, a Vila Nova, hoje, Cidade de Vitória, teve forte presença de negros escravizados, a respeito disso Maciel comenta,

Pode-se dizer que a importação direta de africanos para esta capitania data de fins de 1621. Entretanto já havia escravos africanos antes, talvez em 1540, como o início do plantio de cana-de-açúcar. Pode-se afirmar sua presença, com certeza desde 1550. (MACIEL, 1996, p. 82)

A igreja do Rosário, construída para e por negros libertos ou não, significava certa liberdade aos escravos, pois eles tinham um local para realizar a devoção e manifestar sua crença, visto que as outras irmandades católicas eram compostas por exclusivamente por brancos e ricos, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a Igreja de mesma devoção era a referência católica de negros escravizados e catequizados. Joviano Amaral, em seu livro “Os Pretos do Rosário de São Paulo” demonstra a relação dos negros com a igreja,

Onde os pobres pretos e as pobres pretas pudessem dedicar algumas horas a Deus ou a seus deuses, ai cuidando de seus mortos, enterrando – os na última morada, ai tramando suas revoltas e fugas, ai sonhando suas liberdades, ai buscando lenitivo para suas desventuras, ai exercitando a fé, vislumbrante a alforria total, disfarçando ai seus anseios libertários ai buscando proteção e auxilio, compreensão e Amor, ai rudimentarmente usando os princípios da solidariedade, ai curtindo a nostalgia do “banzo”, ai humildemente crendo e aguardando o socorro espiritual para a infelicidade dos seus destinos. (AMARAL, 1991, p.56).

Ou seja, a igreja era local sagrado, também era local de luta dos negros, um refúgio seguro. As irmandades compostas por negros eram aceitas pela igreja, pois eram consideradas instrumentos para combater a injustiça e o

sofrimento da escravidão. “Não transformavam e nem mesmo tentavam pôr fim à escravidão, mas na medida de suas possibilidades, procuravam diminuir seus malefícios, com a compra de cartas de alforrias” (BONICENHA, 2004, p 100). Constatando isto, Maciel escreve:

Fazer parte de uma Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, no Espírito Santo, a exemplo de outros lugares do Brasil, era para os escravos um recurso de pseudo ou passageira liberdade, de ter garantia de sepultura em lugar sagrado, de participar das atividades religiosas, de poder ajudar na promoção da alforria para outros negros. Tudo feito em conjunto com outras atividades como a Puxada de Mastro, Reisado, Congo, revivendo e reconstituindo parte da vida na África. (MACIEL, 1996. p 95)

A cada primeiro domingo de todo mês, a Irmandade do Rosário promovia uma procissão pelas ruas de Vitória, que entrava noite adentro ao som de batuques. As festas da Padroeira eram grandiosas e marcaram época em Vitória, apesar da pobreza da irmandade do Rosário. Os senhores de escravos que eram devotos de Nossa Senhora contribuíam para a festa e participavam dos cortejos, os negros libertos ou cativos participavam de toda a solenidade. A festa da padroeira era uma mistura do profano com o sagrado. Nas festas acontecia a inversão social, onde o negro se tornava senhor, já os senhores de escravos contribuíam para vestir seus escravos com riqueza e luxo (BONICENHA, 2004). Por ser considerada mais profana que sagrada, em 1885 é proibida pelo arcebispo do Espírito Santo.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos já não existe mais desde o início do século passado e parte dos seus membros agora pertencem à irmandade São Benedito dos Pretos. No final do século XX, o IPHAN tomba a igreja, passando a ser patrimônio histórico nacional. Na mesma época, é criado o museu da Irmandade de São Benedito dos Pretos, museu esse que se encontra desativado por falta de manutenção e estrutura. No terreno da igreja havia também compra/venda de alforria que, hoje se encontra abandonada. Hoje, a igreja não exerce mais a função original, ficando

apenas aberta para visitação e com a realização de suas procissões no mês de dezembro de todos os anos em referência a São Benedito.



Figura 18: Antiga casa de leilões
Fonte: Fotografia da autora/2013

Assim como a Igreja de São Gonçalo, a Igreja do Rosário também é uma igreja particular, porém não há um bom relacionamento com a arquidiocese. Existe também um impasse entre a diretoria da confraria com a comunidade local pois, a comunidade não aceita que a igreja fique sem os ofícios religiosos, ou que os mesmos são aconteçam na procissão de São Benedito. Tal fato faz com que a cada ano a procissão tenha um número menor de fiéis.

A igreja não possui acessibilidade pela sua entrada principal, pois há uma enorme escadaria fazendo a ligação da rua com a Igreja, sendo possível apenas dando uma enorme volta, mesmo para quem não tem problemas com acessibilidade, a chegada até a igreja é complicada, pois os degraus não são de tamanho uniforme, e como são de pedra, cada um tem uma altura, dificultando o andar, um problema que poderia ser resolvido caso não houvesse o impasse entre os membros da confraria responsável pela igreja.

Esse impasse também acarreta problemas ao IPHAN, pois com isso, as obras que são necessárias no interior da igreja não podem ser efetuadas.

Senhor Carlos, 70 anos, morador do Centro há 65, contou que os fiéis foram afastados do convívio da igreja por interesses pessoais. Em suas palavras, “aqui ninguém vem mais, não tem missa, a igreja está caindo aos pedaços, a responsável, deixou os interesses pessoais passarem na frente da fé. Agora nós vamos à Catedral”.



Figura 19: Igreja do Rosário e a palmeiras imperiais
Fonte: Fotografia da autora, 2013

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo o que até aqui foi exposto e como considerações a fazer, temos a sobressair: este trabalho teve tão somente a intenção de compreender um pouco da formação da identidade da cidade de Vitória, além de entender a

manutenção da sua memória e de sua história, através dos monumentos do Centro da Capital, usando como referência as Igrejas Católicas que lá estão localizadas, o que foi possível tendo como suporte teórico (mas não únicos) os estudos no âmbito da Geografia Cultural para dar rumo à nossa pesquisa. Significou uma oportunidade de mostrar que a Geografia Capixaba deveria desenvolver mais trabalhos/pesquisas sobre essa temática, contribuindo, assim, para ampliar a geohistória da cidade.

A pesquisa foi dividida em 3 pilares, os quais entendemos ser parte da metodologia utilizada e que ajudou na construção do trabalho, quais sejam: os estudos da Geografia Cultural, os estudos a respeito do desenvolvimento histórico do Centro de Vitória, partindo desde o início da colonização até os dias de hoje, e o estudo da história das Igrejas e a sua relação com o Centro da cidade e com os frequentadores. Enquanto não tínhamos chegado a tais definições, a pesquisa parecia estagnada e sem rumo. Entendemos que tais dificuldades resultem da pouca importância e, conseqüentemente, dos poucos trabalhos que a Geografia Capixaba realiza acerca da sua memória construída.

Nesse sentido, é relevante afirmar que os estudos de Geografia Cultural tratando do tema memória e patrimônio cultural urbanos são relativamente novos, porém, em crescimento, uma vez que emerge a necessidade em debater a problemática entorno da perda dessa memória à medida que a cidade é direcionada a ser cada vez mais um espaço dos negócios, das empresas, do capital. Assim, a Geografia Cultural tende a auxiliar no entendimento da relação do patrimônio cultural com a memória individual e coletiva de uma cidade, sem abstrair os problemas relativos ao centro, à centralidade, lá onde há uma concentração de tal patrimônio.

Vitória passou e ainda passa por um processo de descentralização e metropolização, fazendo com que algumas áreas sejam mais visadas que outras, mudando o foco econômico, político, cultural da região do Centro da Capital para outras regiões. Esse processo resultou num Centro Histórico parecendo e passando a imagem de obsoleto, velho, degradado, violento e desvalorizado em amplo sentido.

Através do poder público, via políticas públicas, como também com a participação de setores privados e de organizações sem fim lucrativo, entendemos que podem ser feitos trabalhos visando uma educação patrimonial, a fim de resgatar a memória coletiva da cidade, ou pelo menos do seu centro histórico, salientando a importância das edificações, das praças, das ruas, dos monumentos, etc.

Por fim, esta pesquisa, visou analisar a relação das Igrejas Católicas do Centro da cidade com a memória coletiva e individual, tanto de moradores do bairro quanto dos por ali passam, usando algumas falas/depoimentos dos mesmos. Procurou mostrar que a conservação dos patrimônios construídos de uma cidade é muito mais que preservar uma forma arquitetônica, é preservar a história, a memória, a identidade de um povo.

No que diz respeito à todas as igrejas estudadas/identificadas, percebemos que a resistência das mesmas, assim como a importância históricas delas, se deve sobretudo aos usos que os moradores do Centro de Vitória ainda fazem. Missas, casamentos, visitas, festas e outras atividades relacionadas à rotina católica, dinamizam e se transformam na razão do existir dessas igrejas. Na pesquisa, concluímos que poucos são os moradores de outras regiões/bairros de Vitória que freqüentam tais templos católicos e que são referências da história da cidade.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio A. **Sobre a Memória das Cidades**. Revista da faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97
- ALVES, K. S. **Notas sobre a relação espaço-identidade no turismo**. Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. 1, pp. 7-264.
- AMARAL, R. Joviano. **Os Pretos do Rosário de São Paulo**. São Paulo: João Scortecci. 1991.
- ANJOS, Eryl E. e LIMA, Mário H. T. **Revitalizar o Centro de Vitória (ES): O Que Dizem os Moradores?** In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.03, v.1, Junho. 2008. pp.10-26.
- ANTONIO FILHO, F. D. **A cultura como forma de resistência ao processo de metropolização: o caso do bairro da Mooca -SP**. Espaço e cultura, UERJ, RJ, nº 22, P. 43-53, JAN/DEZ. de 2007.
- ARANTES, Antônio Augusto. **Documentos históricos, documentos de cultura**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: IPHAN, 1987, n. 22.
- BARRETTO, M. **Turismo y Cultura: Relaciones, contradicciones y expectativa**. El Sauzal: ACA y PASOS, RPTC, 2007,
- BONICENHA, Wallace. **Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória-ES**. Vitória: Multiplicidade, 2004. 182 p.
- BOTELHO, T. R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís**. EURE (Santiago. Impresa), Santiago de Chile, v. 31, n.93, pp. 53-71, 2005.
- CAMPOS Jr. C. T. de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, PMV, 1996.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CASTRO, Danilo Martins de; ANTONIO FILHO, F. D. **A Cultura como forma de Resistência ao Processo de Metropolização: o caso do Bairro da Mooca - SP**. Espaço e Cultura (UERJ), v. 22, pp. 43-53, 2007.
- CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

- CORDEIRO, Leandro Ribeiro. **A (re)valorização do patrimônio e as transformações da paisagem: o exemplo da região norte do Estado do Rio de Janeiro** – dissertação de mestrado: UERJ, 2011
- COSTA, E.B. **A Concretude do Fenômeno do Turismo e as cidades-patrimônio mercadoria: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.
- _____.; SCARLATO, F.C . Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, Everaldo Batista; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo. (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular / Outras Expressões, 2012, v. 1, pp. 103-136.
- ELTON, Elmo. **Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAESBAERT, Rogério. Território, Cultural e Des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo. Vitória**. DEC/SPDC/UFES. 1996. Pág.82
- MELLO, J. B. F. **O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – Uma Introdução à Geografia Humanística**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ, Rio de Janeiro: [s.n.], 1991.
- MENESES, J. N. C. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: Everaldo Batista da Costa; Leandro Benedini Brusadin; Maria do Carmo Pires. (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. 1, pp. 23-35.
- NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annalube, 2010.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Houry. Projeto História, n. 10, dez. 1993, pp.7-28.
- PAES, M. T. **Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais: um olhar geográfico**. In: Bartholo Júnior, RS, Sansolo, DG, Bursztyn, I (eds).

Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

REIS, Luís Carlos Tosta dos. **O processo de descentralização das atividades varejistas em Vitória: um estudo de caso : a Praia do Canto**. Rio de Janeiro : UFRJ/IGEO, 2001.

RODRIGUES, Cláudio. **Espírito Santo: aspecto histórico e religioso**. Vitória, ES: [s.n.], 2010. 288 p.

ROSIN, J. A. R. G. . **Vulnerabilidade da Preservação do Patrimônio Urbano: Estudo de Caso - Tupã**. ANAP Brasil, v. 5, p. 65-86, 2012.

SANTOS, Francimário Vito dos . **TRAJETÓRIA, DESCENTRALIZAÇÃO E APROXIMAÇÃO: AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO PARA AS CIDADES HISTÓRICAS PAC/CH**. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro. Desafios: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações, 2011.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** - 4. ed. 2. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SAQUET, M. A. **abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão popular, 2007, pp. 193 – 177.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, Michele . **Territorialidade e identidade: uma patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, pp. 1-16, 2009.

TOMAZ, P. C. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. -. São Paulo: Difel, 1980.

VILLASCHI, J. Requalificação da Cidadania pela interpretação sensorial: direito ao patrimônio. In: Everaldo Batista da Costa; Leandro Benedini Brusadin; Maria do Carmo Pires. (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012

VISITAR. Disponível em: < <http://www.institutogoia.org/pg/2996/visitar/>> Acesso em: 25 jul. 2013

Morar no Centro. Disponível em: < <http://www.vitoria.es.gov.br/sehab.php?pagina=morarnocentro/>> Acesso em: 27 jul. 2013

DIAGNÓSTICO PARA AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE VITÓRIA. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Prefeitura Municipal de Vitória, 2002.